



PORTAS ABERTAS

**A HISTÓRIA DE ALUNOS NEGROS QUE ENTRARAM
NA UNESP POR MEIO DE VAGAS AFIRMATIVAS**

MARIANA CHAGAS

PORTAS ABERTAS

**A HISTÓRIA DE ALUNOS NEGROS
QUE ENTRARAM NA UNESP POR
MEIO DE VAGAS AFIRMATIVAS**

PORTAS ABERTAS

**A HISTÓRIA DE ALUNOS NEGROS QUE ENTRARAM
NA UNESP POR MEIO DE VAGAS AFIRMATIVAS**

Revisão | **Ana Claudia Giese de Moraes**

Diagramação | **João Marcelino**

Texto | **Mariana Fabiano das Chagas**

Para todos os alunos negros que já
duvidaram da própria capacidade,
inteligência ou talento. Somos tão mais
suficientes do que nos fazem acreditar.



Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança.

Gosto de dizer ainda que a escrita é para mim o movimento de dança-canto que o meu corpo não executa, é a senha pela qual eu acesso o mundo.



CONCEIÇÃO EVARISTO, GÊNERO E ETNIA:
UMA ESCRE(VIVÊNCIA) DE DUPLA FACE

CAPÍTULO 1

VAGAS AFIRMATIVAS: O QUE SÃO E COMO FUNCIONAM NA UNESP

página 23

CAPÍTULO 2

PERFIL GEOGRÁFICO

página 41

CAPÍTULO 3

PERFIL FAMILIAR

página 55

CAPÍTULO 4

PERFIL ESCOLAR

página 68

CAPÍTULO 5

CHEGAR E PERMANECER

página 82

CAPÍTULO 6

EPISTEMICÍDIO

página 94

CAPÍTULO 7

RELAÇÕES COM OUTROS ALUNOS

página 105

CAPÍTULO 8

A CHEGADA DO DIPLOMA

página 117

SUMÁRIO

CARTAS A UMA GAROTA NEGRA, HE LUANNA

”

QUERO VOCÊ SEGURA
ENQUANTO ANDA NESSAS RUAS
SE ELE NÃO SE PREOCUPA,
SAIBA, TEMOS UMA REDE
O SEU ESPELHO NA SUA CASA
REFLETE POTÊNCIA
VOLTA PRA CASA VIVA, E VÊ SE
ME MANDA MENSAGEM

”



APRESENTAÇÃO

Não consigo pontuar em que momento a escrita se tornou tão parte de mim, que decidi viver isso. Acredito que, de certa forma, já nasci com as palavras fazendo parte do meu DNA e de quem sou por inteira. Com certeza não foi uma herança familiar, uma vez que minha mãe é uma profissional da saúde, sendo a melhor enfermeira que já conheci, e meu pai sempre preferiu a matemática e se decidiu por trabalhar com as contas.

Veio de mim mesmo, isso eu sei. Sempre gostei bem mais das palavras do que dos números, desde criança. Ainda pequena, participava de torneios de redação na escola, e já ganhei até mesmo um tablet, uma vez que venci um concurso de poemas sobre amor, que escrevi no oitavo, talvez nono ano. Na época, fiz uma pequena poesia sobre esse sentimento,

divagando sobre um menino que eu acreditava estar apaixonada, muitos anos antes de sequer saber o que a paixão verdadeiramente era.

Enquanto fui crescendo - na adolescência vieram os primeiros sentimentos confusos, medos, ansiedades, e a descoberta de que o mundo era mais complexo do que nas ilusões da infância -, usava de diários para compartilhar os meus desabafos. Como se fosse um melhor amigo a quem confidenciamos tudo. Não tinha um caderno específico, sendo sincera. Escrevia em folhas soltas, pedaços de papéis espalhados pela casa, e até mesmo nas notas do celular. Colocava para fora tudo que sentia por meio das palavras.

E assim fui vivendo, escrevendo textos de aniversário, redações, desabafos, rabiscos de contos e tudo que eu pudesse expressar em frases.

Já o jornalismo e a área da comunicação, vieram para mim de forma tão natural quanto a chegada do sol depois da madrugada. Nunca cogitei mais nenhum curso além do jornalismo. Quando eu escolhi o curso, e até hoje, familiares e amigos sempre comentavam que mal esperavam para me ver nas telas da televisão e nos noticiários a que todo mundo assiste. Mas confesso, nunca me imaginei lá. Eu queria mesmo ser a pessoa que estava por trás dos textos, dos jornais, das revistas e dos livros. Aquele autor que talvez você nem lembre o nome, mas que as frases, de alguma forma, chegaram em quem precisava chegar. Eu queria continuar, na minha formação, a fazer o que sempre amei fazer: escrever.

A escrita faz parte de mim o tanto que faço parte dela. Vivo porque escrevo, e escrevo porque vivo. Por conta disso, desde o primeiro semestre, quando pisei na Unesp pela primeira vez, eu tinha uma certeza: meu trabalho de conclusão de curso seria um livro.

Só podia ser isso, não tinha como ser outra coisa. Os livros, que me acompanham desde a infância, e dois quais passo horas e horas atrás das páginas, são talvez a forma mais fácil de viajar, aprender, conhecer o novo, e até

conhecer a si. Eu, que sempre amei ler, me desafiaria agora a estar do outro lado. Quando o processo começou, não sabia dizer se seria a coisa mais difícil ou fácil da minha vida, e por fim foi um pouco dos dois.

Sobre o que seria estudado no livro-reportagem, acredito que não foi uma escolha minha. O tema, por tudo que eu vivo e tudo que sou, me escolheu. O jornalismo te dá essa chance, de contar histórias, qualquer história que você sinta que precisa ser compartilhada. E eu queria compartilhar um pouco daquilo que senti como estudante negra na Unesp, nos últimos cinco anos.

A minha vivência como jornalista, mulher e negra, está presente em cada vírgula que digito. Não tem como dissociar a minha história dos meus textos, onde sempre procuro trazer à tona vozes de outras pessoas negras como eu. Resolvi então mergulhar de fundo nessa trajetória para contar a história de outras pessoas que, por um momento, vivenciaram ou estão vivendo o mundo da mesma forma que eu. Escolhi contar a história de alunos negros que entraram por sistema de vagas afirmativas na FAAC, da Unesp.

Por coincidência, porque o destino é mesmo cheio delas, o meu ano de formação coincidia com uma importante efeméride: em 2024, a Unesp completava 10 anos de aplicação do sistema de vagas afirmativas em seu vestibular. Eu, que entrei em 2020, peguei um pouco dessa história, mas havia muito mais a ser debatido, a ser descoberto.

Esses alunos, como eu, entraram e se formaram na Unesp. Mas o que mudou com suas chegadas? Como a história da universidade se transformou? E, mais do que isso, como a história deles, a nossa, se alterou com a passagem pela universidade?

A escritora Conceição Evaristo deu nome a um termo que define bem o que tentei fazer neste trabalho: *escrevivência*. Segundo a autora, “a *escrevivência* não é a escrita de si, porque esta se esgota no próprio sujeito. Ela carrega a vivência da coletividade”. É exatamente dessa forma

que meu livro nasceu: tentando carregar a vivência dessa coletividade, desse grupo, do que é ser um estudante negro.

No jornalismo, quando entrevistamos uma fonte para qualquer texto, existem dois tipos principais: os especialistas e os personagens. Os especialistas são aqueles que trabalham ou estudam um determinado tema e podem te explicar, por meio de apontamentos científicos, culturais e sociais, determinado fenômeno. Os personagens, porém, são aqueles que vivem na pele o que estamos pautando, aqueles que fazem parte.

No meu livro, esses personagens se tornam os protagonistas. Acredito que uma vez dentro da universidade, as pessoas negras deixam de ser objetos, vistos e entendidos sobre uma ótica de fora e distante, para se tornarem os sujeitos das próprias histórias. Quem fala bastante sobre essa visão de sujeito e objeto é a psicanalista Grada Kilomba em seu livro “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano”, que foi uma grande referência para o meu trabalho.

Ela situa a existência do termo objeto, e pontua que “o termo vem do discurso pós-colonial, sendo também usado nos discursos feministas e queer para expor a objetificação dessas identidades numa relação de poder. Isto é, identidades que são retiradas da sua subjetividade e reduzidas a uma existência de objeto, que é descrito e representado pelo dominante”.

E escolher falar sobre a população negra, da qual eu faço parte, é uma busca por afastar a nossa existência de uma visão moldada por outros grupos, moldada pela branquitude, sobre nós. Ao invés disso, dar espaço e trazer à tona a perspectiva de quem realmente entende e vive o que é ser negro. Mas especificamente, o que é ser negro no ensino superior, na Unesp, e na FAAC.

As vagas afirmativas mudaram o perfil que ocupa hoje as salas de aula. De fato, é inegável que a presença de alunos negros, indígenas, pobres e de outros grupos, por tanto tempo afastados do ensino superior, é bem maior do que há 10 anos. Mas não dá para dizer que o problema aca-

bou, que o racismo não existe mais, e que as dificuldades se resolveram quando a Lei de Cotas foi sancionada no Brasil.

A verdade é que um aluno que entra por sistema de vagas afirmativas passa por diversos desafios antes, durante e depois da universidade. A sua presença incomoda, pesa, faz questionar diversos padrões e modifica o meio acadêmico. As vagas afirmativas são uma chave, abrem uma porta, mas as especificidades que marcam a existência da população são tão densas que o caminho segue sendo mais longo, com mais curvas e mais distante do que para outras pessoas. Tudo isso vai ficar mais claro no decorrer do livro.

Os personagens - protagonistas - que escolhi para essa história são seis: Estefani, Pedro, Luisa, Lucas, Leticia e Felipe. Esses não são seus nomes verdadeiros, mas para manter suas identidades protegidas e assegurar o anonimato de cada estudante que abriu com tanta sensibilidade sua história para mim, os batizei com esses nomes.

Para me aprofundar em suas histórias, entrevistei todos os alunos e trabalhei com as transcrições autênticas das falas das personagens, buscando não fazer alterações que mudassem o sentido ou artificializassem o que me foi dito. O objetivo era trazer para o livro o mais semelhante possível das conversas que tive com esses estudantes, para que o leitor de fato pudesse estar próximo desses personagens.

Estefani e Pedro entraram na Unesp em 2014, primeiro ano que o sistema de vagas afirmativas foi aplicado na Unesp. A ferramenta era ainda tímida, uma novidade, uma tentativa de mudar um pouco o acesso desses estudantes. Aos poucos, deu certo. A passagem dos dois alunos foi importante para suas trajetórias, e para a convivência na Unesp em geral. Alguns os acolheram, outros nem tanto. Mas eles foram a primeira leva de uma mudança que começava na universidade.

Cinco anos depois, em 2019, Luisa e Lucas entrariam no curso de Re-

lações Públicas, também pelo sistema de vagas afirmativas. Passando por uma pandemia, e equilibrando trabalho e estudos, os dois discentes se formaram após uma trajetória difícil, mas de muitas maneiras significativas.

Leticia e Felipe são os caçulas de nosso livro. Ambos entraram em 2024, e continuam desbravando o início da graduação, os primeiros semestres, primeiros amigos, primeiras disciplinas. Hoje, o perfil da FAAC não é o mesmo, mas eles continuam carregando e trazendo para a universidade uma visão de mundo ainda escassa na universidade. A mudança está longe de acabar.

Cada um me doou um pouco de seu tempo, de sua vida, e com todo o cuidado, trabalho e dedicação, os entrego de volta este livro. Divido em três partes, apresentando suas histórias em: de onde vieram, na universidade e o pós Unesp.

O primeiro capítulo é dedicado a explicar o que são as ações afirmativas. De um contexto amplo, para entender onde surgiu essas políticas públicas, até uma visão mais focada, para compreender como ela é aplicada hoje na Unesp. Uma vez que fica claro esse funcionamento, partimos para nossos protagonistas.

No capítulo que abre a parte “de onde vieram”, viajamos entre as cidades natais nas quais esses alunos nasceram e cresceram. Para entender um pouco sobre o caminho que os alunos percorrem até chegar em Bauru, nos aprofundamos principalmente nas histórias de Leticia, Pedro e Lucas. Vindo de lugares diferentes, eles exemplificam as diferentes realidades que se originam os alunos que chegam na Unesp.

Em um segundo momento, conhecemos as famílias e parentes desses estudantes. A maioria dos alunos se destaca por ser o primeiro membro da família a chegar no ensino superior, ou em uma universidade pública. No capítulo “perfil familiar”, apresento como foi essa experiência, com enfoque nas narrativas de Luisa, Felipe e Estefani, que se destacaram por

compartilhar com detalhes os desafios enfrentados. Além disso, enxergamos o papel que os pais, irmãos e outros familiares têm em influenciar a chegada dos jovens ao ensino superior, e as especificidades dessa vivência em alunos negros.

No último capítulo dessa primeira parte, o perfil escolar mostra a trajetória escolar que os estudantes tiveram antes de chegar na universidade. A maioria estudou exclusivamente em escolas públicas, e suas narrativas apontam como essa vivência, realidade para diversos alunos que entram por vagas afirmativas, pode ser difícil, uma vez que o ensino público te desafia a se esforçar ainda mais para conquistar uma vaga nos vestibulares. Para aqueles que estudaram em redes particulares durante parte da vida, a vivência também não foi tão simples, uma vez que enfrentavam bullying e racismo, ou precisavam se dedicar para manter as bolsas socioeconômicas que os mantinham o acesso a essas instituições.

Chegando na segunda parte do livro, conhecemos como foi a passagem desses estudantes pela Unesp. Visto que chegar ao ensino superior não foi fácil, seus relatos mostram que permanecer também não é. Os estudantes discutem o uso e as dificuldades dos auxílios de permanência da Unesp, e a necessidade de precisar trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Apesar de todo o tempo e dedicação que um curso superior exige, a maioria desses alunos precisou equilibrar diversas responsabilidades, que os alunos que entram por sistema de vagas ou vêm de condições de menos privilégios precisam enfrentar.

No sexto capítulo, apresento o conceito de epistêmico, que é, nesse contexto, a falta de referências bibliográficas e fontes negras dentro das matrizes curriculares do curso. De 2014 até 2024 essa realidade melhorou, mas ainda segue longe do ideal. Os estudantes desabafam sobre a falta de historiadores, teóricos e especialistas negros em suas áreas, e como isso impacta a graduação de cada um.

No capítulo sétimo, os alunos contemplam sobre suas relações com outros estudantes de sua sala, seu curso, e da Unesp em geral. Eles falam sobre a influência das amizades e do acolhimento em sua trajetória, e como eram vistos e enxergados de forma diferente entre alunos que vem de uma realidade parecida à sua. Os discentes discorrem sobre a importância de coletivos ou movimentos que busquem trazer um espaço de pertencimento para pessoas negras.

O oitavo e último capítulo vai contar sobre como foi o processo de finalização do curso e os sentimentos após sair da Unesp, para Lucas, Luisa, Estefani e Pedro, que já estão todos graduados. Eles dão um apontamento do que sentiram ao estarem com um diploma, e da importância que as vagas tiveram nesse trajeto. Mas apontam, também, as dificuldades que o mercado de trabalho e a vida, mesmo depois da universidade, apresentam para pessoas negras. No capítulo de conclusão, reflito sobre a experiência de escrita deste livro e como a minha trajetória pela universidade se conecta com a desses alunos.

Espero que esse livro, de alguma forma, consiga tocar quem estiver lendo para entender a importância de políticas públicas como a 'Lei de Cotas'. A história desses seis estudantes representa, de certa forma, a história de uma população inteira, e de diversas gerações que foram afastadas do ensino e que podem, hoje, ver uma luz no fim do túnel, uma esperança.

A luta não termina aqui, com Leticia, Estefani, Lucas, Pedro, Luisa e Felipe. Pelo contrário, essas narrativas são apenas o começo de uma mudança muito grande. A história deles, a minha, a nossa, apontam que a sociedade brasileira ainda está distante de ser receptiva e acolhedora com pessoas negras que sonham em viver mais do que querem que a gente viva, de forma diferente do que acham que a gente merece. Mas eles chegaram até aqui, a gente chegou até aqui, e vamos deixar as portas abertas para que muitos mais também cheguem.

AMARELO, ENICIDA PARTY PADILLO VITTAR E MAJUR

”

CÊ VAI ATRÁS
DESSE DIPLOMA
COM A FÚRIA DA
BELEZA DO SOL,
ENTENDEU?
FAZ ISSO POR NÓS,
FAZ ESSA POR NÓS
TE VEJO NO PÓDIO.

”

PARTE I : DE ONDE VIERAM



VAGAS AFIRMATIVAS

Se alguém te perguntasse agora qual foi a primeira política de cotas ou ação afirmativa criada no Brasil, você saberia responder? Talvez você se lembre apenas da Lei de Cotas, sancionada em 2012 pela então presidenta Dilma Rousseff. Ou, talvez, você apenas se recorda de alguma reserva de vagas em processos seletivos, direcionados apenas para pessoas negras, pessoas com deficiência, ou parte de alguma outra minoria. Talvez não se lembre de política alguma. E nenhuma dessas alternativas é por acaso.

O povo brasileiro conhece muito pouco sobre si mesmo. Uma expressiva parte da história do nosso país ainda não é conhecida pela própria população brasileira. Quando falamos de ação afirmativa, claro, esse cenário não é diferente.

“Isso independe da região que você mora, da idade que você tem, da escolaridade que você apresente. A história do Brasil é uma história de lacunas, de vazios e de apagamentos”, explica Paulo Alberto dos Santos Vieira, doutor em sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e professor da universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), onde lidera o Grupo de Pesquisa Sobre Ação Afirmativa e Temas da Educação Básica e Superior, além de integrar os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros da universidade.

Apesar de pouco conhecida, a relação do Brasil com as vagas e as ações afirmativas é bastante antiga. Quando falamos especificamente sobre cotas, precisamos fazer uma viagem de volta aos tempos da ditadura militar para conhecer a primeira lei dessa natureza. Foi em 3 de julho de 1968 que surgiu a Lei nº 5.465, apelidada de ‘Lei do Boi’, voltada à educação superior no Brasil.

Sancionada pelo militar e 27º presidente do Brasil, Artur da Costa e Silva, a norma não buscava atender a população pobre, negra, indígena, quilombola, transsexuais ou outros grupos hoje contemplados pelas ações afirmativas. Pelo contrário, esses grupos ficavam ainda mais distantes da educação, uma vez que essa política servia como uma forma de reservar vagas para fazendeiros e seus filhos, em cursos de Agronomia e Veterinária Agrícola.

“Art. 1º: Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários

ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural e 30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio”, diz a referida lei, que foi posteriormente revogada pela Lei nº 7.423, datada de 1985.

Essa é apenas uma das muitas políticas públicas, presentes na história do Brasil, responsáveis por manter parte da população afastada do acesso ao ensino superior – e de diversos outros direitos que o cidadão brasileiro tem, por lei. E foi buscando combater essas disparidades, tanto na educação, quanto em outras áreas da sociedade, que surgiram as ações afirmativas.

O Brasil foi um dos primeiros países a trabalhar com a ação afirmativa. O Doutor Paulo descreve essas ações como uma “política pública ou privada, compulsória ou não, que pode ser implementada por órgãos públicos, privados, ou do terceiro setor, e que tem a finalidade de reduzir e combater as desigualdades existentes”.

Mas quem foi mesmo o país pioneiro neste debate, foi a Índia. É lá que se tem os registros mais antigos acerca da aplicação de medidas destinadas a grupos discriminados. O país do oriente médio tinha uma das formas mais velhas de divisão da sociedade, as chamadas castas¹. Foi buscando diminuir as desigualdades derivadas dessa repartição, que surgiram as reservation policies (políticas de reserva, em tradução literal).

¹As castas são modelos de estratificação social, que divide a população em grupos hierárquicos, baseado em religião e tipos de emprego de cada casta.

Essas políticas, aprovadas pela Assembleia Constituinte após a independência do país em 1947, traziam na constituição do país uma garantia de cotas e reserva de vagas dentro de legislaturas, serviços públicos e instituições de educação, para os grupos de Dalits e Adivasis².

Os Scheduled Castes, conhecidos como Dalits, e os Scheduled Tribes, nomeados de Adivasis, são grupos que, pela constituição em castas da Índia, foram desfavorecidos e marginalizados pela sociedade, dentro da parte mais inferior da hierarquia indiana. Ficaram conhecidos como “intocáveis”, por serem considerados sujos. As cotas têm mudado, aos poucos, a realidade dessa porcentagem da população, que vivem de forma tão complicada no país do Sul da Ásia

No Brasil, a discussão das vagas afirmativas também não é recente. Na Constituição Federal de 1988, o Art. 3º determina como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil “construir uma sociedade livre, justa e solidária, reduzir as desigualdades sociais e regionais, e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

É com essa preocupação que se percebe o início da adoção de ações afirmativas no Brasil. Leis que determinam processos e ferramentas em busca de equidade começam a surgir para diversos grupos, como para as mulheres, pessoas com deficiência, idosos e crianças.

Um exemplo seria o Inciso VIII do Artigo 37º da Constituição Federal de 1988, onde se define que “a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência e definirá os critérios de sua admissão”. Outra política afirmativa, que é amplamente conheci-

²Os Scheduled Castes, conhecidos como Dalits, e os Scheduled Tribes, nomeados de Adivasis, são grupos que, pela constituição castal da Índia, foram desfavorecidos e marginalizados pela sociedade, dentro da parte mais baixa da hierarquia indiana. Ficaram conhecidos como “intocáveis”, por serem considerados sujos.

da, apesar de nem todos saberem que faz parte desse ramo, é a 'Lei Maria da Penha'. Sancionada em 2006, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a política propõe medidas protetivas contra violência doméstica, com enfoque em conscientizar e diminuir a violência de gênero.

Essas ações definem uma mudança na forma que as diferenças são tratadas no ramo legislativo e social. Se até então as diferenças eram usadas para entender certos grupos como menos capazes e justificar as desigualdades, as ações afirmativas invertem isso. Para Flávia Piovesan, jurista e advogada brasileira, as políticas de ação afirmativas surgem para que as diversidades sejam usadas na promoção de direitos para grupos vulneráveis, e não mais para a remoção ou diminuição deles.

Entender toda essa trajetória nos mostra que as vagas afirmativas e as cotas existem em nosso país há muito tempo. Essas ações foram bem recebidas, e eram vistas com bons olhos: representavam uma promessa de que, por fim, estávamos caminhando para um país mais igualitário e justo. O debate acerca dessas políticas, porém, virou maior - e mais complicado - quando a aplicação desses direitos começou a ser destinada para pessoas negras e indígenas.

"O Brasil é, portanto, um laboratório em que a ação afirmativa foi experimentada, se consolidou e foi aplaudida o tempo todo pela sociedade brasileira. Nunca houve, até os anos 2000, nenhum debate público de relevância que questionasse qualquer política afirmativa aplicada anteriormente", contextualiza Paulo.

Essa mudança de como as ações afirmativas são vistas ocorre quando a população preta, parda e indígena conquista um espaço nessa discussão. O que releva, como aponta Paulo, uma constatação importante: "a sociedade brasileira e o Estado Nacional não são contra as ações afirmativas. Eles são, na verdade, racistas".

POR QUE COTAS RACIAIS?



Talvez a maior - e mais perigosa - mentira espalhada pelo território brasileiro é a de que vivemos em uma democracia racial. Afinal, está no Art. 5º da Constituição Federal que, "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". Acredita-se que em maio de 1888 a abolição da escravidão chegou ao Brasil - último país das Américas a sancionar uma lei que proibisse a escravidão -, e, depois disso, vivemos felizes para sempre. Mas não é bem assim que nossa história acaba. Esse foi, de certa forma, apenas o começo.

O racismo se estruturou em nossa sociedade por conta dessa formação social colonizadora e escravocrata. Não é possível pensar na estruturação social e econômica do país sem levar em consideração que a riqueza primitiva acumulada aqui, e toda a construção do que hoje chama-se Brasil, foi feita com mão de obra de africanos, por quase 400 anos, escravizados.

"E esse processo deixou marcas", explica Dennis De Oliveira, professor associado da Escola de Comunicações e Artes da USP, ativista do movimento negro e consultor de organizações não governamentais na área de direitos humanos. "As marcas dos povos africanos estão nas tecnologias mais avançadas do Brasil, na metalurgia, na arquitetura das cidades, na cultura, na religião, na linguagem, tudo. O Brasil é, portanto, um país amefricano³, como aponta Lélia Gonzalez".

³ O termo, criado por Lélia Gonzalez, se refere ao processo de socialização e vivência do povo brasileiro, que se constitui de uma herança afro-ameríndia, e que a negação do papel da população negra e indígena em nossa construção social se dá pelo racismo.

Apesar disso, a brutal exploração da população negra e o racismo, faz com que o Brasil não consiga enxergar a si próprio dessa maneira, valorizar essa herança. “É isso que chamamos de racismo estrutural, acontece não apenas por conta de comportamentos individuais, faz parte de um processo. Um fenômeno para entender isso é o que o economista e cientista social brasileiro Ruy Mauro Marini chama de “superexploração da mão de obra”.

Ruy Mauro Marini, que buscava entender as peculiaridades do capitalismo dentro da realidade vivida na América Latina, explica, em sua obra ‘Subdesenvolvimento e Revolução na América Latina’, que “a superexploração do trabalho constitui o princípio fundamental da economia subdesenvolvida”.

Dennis aponta que nesse fenômeno o trabalhador recebe um valor inferior ao mínimo necessário para a sua sobrevivência, com uma destruição das condições dignas de vida para quem oferece a mão de obra. “E essa situação é legitimada pelo racismo. A gente não fica indignado, por exemplo, quando vê crianças negras na rua, de noite, vendendo coisas e pedindo esmola. A opressão e a exploração são justificadas por conta desta ideologia do racismo, que inferioriza e que nega a humanidade para a população negra. Essa é a base do racismo estrutural no Brasil”, completa.

Talvez, num primeiro olhar, não esteja claro de que forma essa desigualdade se relaciona com a escola e com a educação, mas a ligação desse racismo com as instituições de ensino é mais próxima do que pode parecer. Louis Althusser, filósofo francês, apontava que a escola é o principal aparelho ideológico do Estado. Afinal, é dentro das instituições de ensino que as crianças têm, pela primeira vez, contato com os padrões de sociabilidade e de relação social da comunidade em que estão inseridas.

“Na perspectiva racial, a escola naturaliza as opressões. Ela atua formando sujeitos que vão entender [as desigualdades] como algo natural, tanto crianças brancas ou não-brancas”, explica o professor. Dessa forma, mesmo as leis que busquem mudar essa realidade dentro das salas de aula sofrem dificuldades em sua aplicação, como é o caso da Lei nº 10.639/03, que determina obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira no fundamental e no médio.

Mesmo tendo sido sancionada em 2003, a lei ainda passa bem longe de chegar em todas as salas de aula. Uma pesquisa do Instituto Alana, que trabalha com práticas de desenvolvimento infantil, constatou que em 2023, 20 anos após a lei ser aplicada, 71% das Secretarias Municipais de Educação tem pouca ou nenhuma ação para de fato implementar os estudos afrodescendentes, que visam combater o racismo no ensino fundamental.

“E essa política enfrenta uma dificuldade de implementação, porque essa instituição [a escola] foi formada para outra coisa. Isso é justamente o que chamamos de racismo institucional. A dimensão estrutural do racismo só ocorre porque as instituições da sociedade também são formatadas para poder reproduzir esse racismo”, diz o doutor.

Com a desigualdade racial, e a pressão cada vez maior de grupos que exigem equidade por meio de movimentos sociais e militâncias, a questão racial começa a ter peso em debates e discussões públicas ao redor do mundo. Em nosso país, foi no começo dos anos 2000 que, por vezes, se acentuou a preocupação de combater o racismo e buscar a igualdade dentro das instituições de ensino.

Em 2001, O Brasil esteve presente na 3ª Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Na cidade de Durban, na África do Sul, nosso país se tornaria signatário da declaração

que colocava o embate ao racismo como uma meta mundial.

Uma vez comprometido com essa agenda, o Estado Brasileiro começou a caminhar lentamente para um país mais igualitário. O primeiro passo dessa longa jornada aconteceu em 2001, quando a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira a aplicar vagas afirmativas em seu vestibular, após o então governador Anthony Garotinho sancionar a Lei nº 3.708, que estipulava a reserva de uma porcentagem de 40% das vagas para pessoas negras.

“Art. 1º: Fica estabelecida a cota mínima de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF”.

Precisou-se passar mais de 10 anos, em agosto de 2012, para que as cotas fossem finalmente oficializadas pelo Estado Brasileiro. Chegamos, por fim, à Lei nº 12.711, assinada pela ex-presidenta Dilma Rousseff. “Art. 3º: Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”.

Desde então, houve uma mudança significativa no número de pessoas negras dentro do ensino superior. Em 2022, quando a lei completou 10 anos, o ingresso de alunos autodeclarados negros e pardos saltou 167%, em relação ao ano da aplicação. Segundo dados do Censo da Educação Superior 2022, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mais de cem mil discentes entraram na educação superior em 2022 por meio de políticas de reserva de vagas. No primeiro ano da aplicação da lei, o número era de apenas 40 mil alunos, de acordo

com o Ministério da Educação.

A publicação original desta lei, definiria que a cada 10 anos seria promovida uma avaliação de suas normas. Em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou as novas mudanças aplicadas na 'Lei de Cotas'. Dentre elas, a legislação, que já abrigava negros, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes de escolas públicas, começou a incluir também os quilombolas⁴.

Além disso, as novas alterações na legislação também determinam que aqueles que usam as cotas poderão competir com ampla concorrência, ou seja, com os candidatos que não participam da reserva de vagas afirmativas. Isso garante que, caso consigam atingir o acesso por esse sistema, as vagas reservadas ficam para os alunos que, de fato, precisam. Como consequência, quem acaba por não entrar quando todas as vagas destinadas a cotistas são preenchidas, têm maiores chances de ingresso na universidade.

A luta pela inclusão da população negra na universidade foi longa - e se engana quem acredita que agora já acabou.

Ainda há muito a ser conquistado.

⁴ Os quilombolas são comunidades remanescentes do regime escravocrata. Conforme o Decreto nº 4.887, que busca regulamentar a identificação e titulação das terras de comunidades dos quilombos, são eles "os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida".

VAGAS AFIRMATIVAS NA UNESP



No estado de São Paulo, a Unesp foi a primeira universidade estadual a aplicar uma política de reserva de vagas para alunos PPI (Pretos, Pardos e Indígenas). A Universidade de São Paulo (USP) só teria a implantação de cotas raciais e de escolas públicas no vestibular da Fuvest, quatro anos depois, em 2017. Também neste ano, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) aplicaria, pela primeira vez, mecanismos de reserva de vagas para alunos negros e indígenas.

Na Resolução nº 43, publicada em 28 de agosto de 2013, em seu artigo 6º, a Unesp determinou que “em cada curso de graduação serão destinadas, no mínimo, 15% das vagas oferecidas aos estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas ou a Educação de Jovens e Adultos em escolas públicas”. Além disso, “das vagas destinadas ao Sistema de Reservas de Vagas para Educação Básica Pública, em cada curso, 35% serão destinadas aos candidatos autodeclarados Pretos, Pardos ou Indígenas”.

Depois desse dia, a Unesp nunca mais seria a mesma - e que bom. De 2014 até 2018, o percentual de alunos pretos, pardos e indígenas, grupos contemplados pelas reservas de vagas, teve um aumento de 12% para 20%, segundo a pesquisa 'Desempenho acadêmico e frequência dos estudantes ingressantes pelo Programa de Inclusão da UNESP', realizada por professores da Faculdade de Ciências e Letras.

Na Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, objeto de estudo deste livro, o perfil dos discentes também não é mais o mesmo. Em 2014, 22 (vinte e dois) alunos entraram pelo sistema de reserva de vagas PPI+Ensino Público em cursos de graduação da faculdade. O valor se refere a 6% da quantidade total de discentes matriculados, que nesse ano foram trezentos e sessenta.

Cinco anos se passaram, e a porcentagem chegaria a 14%. Foram 52 alunos pretos, pardos e indígenas, dos 364 discentes ingressantes na FAAC em 2019. Em 2024, 10 anos após a aplicação da ferramenta na Unesp, o número teve um leve aumento, mas se manteve parecido. Foram 57 dos 354 alunos, o que corresponde a 16% do total.

Com isso, em 2024 obteve-se um crescimento de 2% de alunos ingressantes pelo sistema de vagas afirmativas para PPI, se comparado há cinco anos. Um aumento de 10%, em relação ao primeiro ano de aplicação da legislação. E agora, mesmo que estável, os números não devem cair. A Unesp mudou, a FAAC também, e a universidade está mais negra do que nunca.



COMO FUNCIONA NA FAAC



Em setembro de 2023, o coletivo negro da Unesp, Kimpa, promoveu uma reunião para discutir o sistema de vagas afirmativas da Unesp. Eu e mais alguns discentes nos encontramos para pesquisar, estudar e tentar entender de que forma os alunos PPI faziam seu ingresso na universidade, uma vez que um suposto caso de fraude estava circulando pelos grupos e pelo 'boca a boca' dos estudantes. Na época, eu ainda coordenava as reuniões e encontros do coletivo, e reservei uma sala para que o grupo pudesse se reunir. Era tarde de uma quinta-feira, e em torno de 12 alunos - da graduação ao mestrado -, se juntaram em nossa conversa.

Muitas dúvidas e questionamentos a respeito da banca de averiguação surgiram naquela reunião. Alguém estava, de fato, controlando a entrada dos alunos autodeclarados pretos e pardos? Caso houvesse uma denúncia de fraude, a ouvidoria realmente atenderia aos pedidos e buscaria uma resolução para a pessoa denunciada? Existia uma banca, ou os alunos entraram com a autodeclaração?

Buscando entender como esse sistema funciona dentro de nossa universidade, encaminhei um e-mail em nome do grupo, para a Comissão Averiguação de Autodeclaração PP. As Comissões de Averiguação e Recursal da Unesp, conforme explicado no portal da Unesp, pela Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI), “têm a responsabilidade de garantir o acesso exclusivo de pessoas pretas e pardas ao ensino superior e valem-se da atividade de heteroidentificação orientadas pelas legislações e normativas internas”.

Segundo a publicação, a comissão serve para fazer a averiguação da veracidade de todas as autodeclarações étnicos-raciais dos alunos ingressantes, garantindo que a ocupação das vagas oferecidas pela Unesp seja direcionada exclusivamente para os alunos que têm direito a essa reserva. Prontamente, a equipe da comissão respondeu todas as dúvidas por mim encaminhadas, nos auxiliando a compreender melhor o sistema de reserva de vagas.

A entrada de um aluno preto ou pardo na Unesp se dá, inicialmente, por um documento de autodeclaração, que “foi elaborado pela Comissão de Averiguação da Unesp com orientações da Assessoria Jurídica”, conforme me explicou, por e-mail, a comissão. Esse anexo é recebido no momento da matrícula pelo Sisgrad - que é o sistema de graduação da Unesp - e sua conferência é feita juntamente com as demais documentações fornecidas pelo estudante para o ingresso na universidade, como documento de identidade, histórico escolar, entre outros.

No documento, o aluno deve constatar, sob as penas da lei, que se declara preto ou pardo, e está ciente de que, em caso de falsidade ideológica, fica sujeito às sanções prescritas no Código Penal, pela Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940⁵.

Os ingressantes pelo SRVEBP-PPI⁶ têm suas autodeclarações como pessoas pretas e pardas analisadas pela Comissão Central de Averiguação. Caso julguem necessário, a comissão pode exigir uma nova averiguação por videoconferência ou presencial, com a presença do candidato. Isso é o que chamamos de banca de heteroidentificação: um grupo de pessoas se reúne para averiguar se a autodeclaração do aluno é, de fato, verdadeira. Basicamente, conferem se o aluno é mesmo preto ou pardo.

Caso a comissão considere a autodeclaração inconsistente - ou seja, não façam a leitura racial da pessoa como preta ou parda - podem entrar com um recurso. Nesses casos, outra comissão, composta por outros membros, chamada de Comissão de Avaliação Recursal, fará a análise.

“O candidato não enquadrado na condição de pessoa preta ou parda não terá sua matrícula validada ou será desligado, por ato do Reitor”, sinaliza a Resolução nº 49, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 22 de agosto de 2024.

Uma vez matriculados, entende-se que o aluno passou, então, por esse processo. Em casos de denúncia, a ouvidoria garante que apura cada caso e consulta, quando necessário, a Comissão Central e o Sispp (sistema de informações institucionais que reúne os dados sobre todas as averiguações de pessoas ingressantes pelo SRVEBP-PPI).

⁵ Pelo capítulo III da Lei n.º 2.848, que decorre sobre falsidade documental, o ato de omitir uma declaração e/ou fazer uma declaração falsa, em documento público ou particular, pode ter como pena a “reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular”.

⁶ O termo se refere ao Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública + Pretos, Pardos e Indígenas.

Na época do ocorrido, questionamos a comissão sobre o paradeiro do aluno, cujas denúncias haviam sido mandadas para a ouvidoria. A comissão assegurou que todas as autodeclarações de ingressantes pelo SRVEBP-PPI, matriculados na Unesp, foram analisadas pela comissão. E o vínculo de todos os alunos com a Unesp foi mantido se: a autodeclaração foi considerada consistente; se o aluno possui autorização legal (liminar ou decisão judicial) para continuar frequentando o curso; ou se a autodeclaração, mesmo considerada inconsistente pela Comissão, tenha sido analisada após decorrido o prazo legal, não podendo mais o afastamento do aluno.

“As denúncias à Ouvidoria podem ser feitas a qualquer momento. Não há a possibilidade de perda de vaga por ato administrativo da Unesp de nenhum ingressante pelo SRVEBP-PPI atualmente matriculado, independente do ano de curso, uma vez que todos estão amparados/os por terem sido submetidos à análise da Comissão de Averiguação e se encaixam em uma das 3 hipóteses já elencadas”, apontaram, por fim.

Além disso, vale ressaltar que as denúncias, como a do caso que estava sendo pautado na época, são apenas analisadas se os alunos que entraram forem pretos e pardos, uma vez que a autodeclaração de estudantes indígenas é confirmada pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), conforme explicou o professor Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier, em entrevista para o Boletim sobre Cotas Raciais da Comissão de Direitos Humanos do Instituto de Artes da Unesp, publicado em dezembro de 2017.

A comissão, por fim, acabou por responder todas as nossas perguntas sobre o funcionamento atual da reserva de vagas PPI, e assegurou ao coletivo estar trabalhando para garantir o melhor funcionamento dessa política para os ingressantes na universidade.



TOM SOBRE TOM

TASHA E TRACIE
PART. GREGORY E KYAN

”

**SOU A VERDADE QUE NINGUÉM CONTOU
O TIME QUE GANHA E NINGUÉM APOSTOU
SOU A BARREIRA E NINGUÉM DERRUBOU
EU SOU O MAR QUE MOISÉS NÃO PASSOU**

”



PERFIL GEOGRÁFICO

Antes de chegar na Unesp, nasci e cresci na capital paulista. Viver em São Paulo te permite conhecer uma diversidade de espaços e lugares, e ao chegar em Bauru, percebi de fato o quão valioso é essa pluralidade. A minha realidade não reflete, porém, a maior parte dos estudantes que chegam na FAAC.

Das praias paulistanas ao interior de Minas Gerais, os entrevistados para esse trabalho vieram de diferentes regiões brasileiras, e viveram em realidades diversas. Durante as conversas, fui levada a percorrer por regiões metropolitanas e cidades do litoral e do interior. E entre os relatos, pude perceber algumas características demográficas que entrelaçam suas histórias.

Para entender como chegaram à Universidade, busquei analisar nas entrevistas, que tipos de oportunidades esses discentes tiveram de frequentar espaços de cultura e educação enquanto cresciam. Com que frequência iam à biblioteca, tinham acesso a livros, ou visitavam o museu, teatro, cinema, festas, e conheciam, por meio desses espaços, novas formas de enxergar o mundo.

Apesar da distância entre os alunos, separados por muitos quilômetros até chegarem a Unesp, a maioria das respostas obteve um mesmo resultado. Seja por falta de mobilização urbana ou investimento governamental, os entrevistados tiveram, em comum, a distância de espaços públicos ou privados de cultura, de lazer e de troca de conhecimento. O ponto de partida desses jovens foi diferente, mas as queixas são parecidas. E a realidade da maioria dos estudantes demonstra, na prática, uma divisão demográfica desigual em nosso país.

A segregação espacial do Brasil está intrinsecamente ligada à desigualdade social e racial. Segundo o professor Dennis De Oliveira - apresentado no primeiro capítulo deste -, o poder Estatal investe em estruturas conforme as necessidades estabelecidas pelo capitalismo em determinado território. "O geógrafo Milton Santos já tinha falado isso há muito tempo: quem organiza o território da cidade, é o capital", explica.

Milton Almeida dos Santos, que se destacou no Brasil como um dos principais pesquisadores no século XX, apontava que "não existe um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização". Com esse processo, algumas

cidades e regiões ganham mais valor econômico e social e, consequentemente, mais espaços públicos e privados de cultura, educação e lazer.

O problema é que essas localidades vão se tornando de difícil acesso. Uma parte da população é redirecionada para longe, para as margens, seja em periferias ou em cidades do interior, onde essa realidade cultural, plural e diversa, é mais distante. O mundo, de acordo com Milton Santos, “é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares”.

Essas oportunidades, no entanto, não são iguais para todos. Para a população negra esse acesso pode ser ainda mais distante. “A segregação urbana é, ao mesmo tempo, o resultado da desigualdade e causa da desigualdade. E, no Brasil, essa segregação não é apenas social, mas também racial”, aponta Paulo César Ramos, doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e coordenador do projeto de pesquisa, formação e mobilização Reconexão Periferias.

Paulo, que é sociólogo e estuda violência racial, explicou que não é possível falar sobre segregação urbana e desigualdade sem pensar no racismo, que estrutura e divide nossa sociedade. “Os espaços geográficos possuem cor. Até porque as classes sociais e econômicas do Brasil também possuem cor. São elementos que se retroalimentam, não têm um sentido único de causalidade”, diz o pesquisador. Como consequência, a segregação urbana é mutuamente estruturada pela desigualdade, e estruturante da mesma.

Essa disparidade reflete diretamente na formação educacional de quem mora em regiões mais vulneráveis, ou pelo menos afastadas de grandes centros urbanos, como foi o caso da maioria dos personagens entrevistados para este livro. É, de certa forma, uma mão de via dupla: ao mesmo tempo em que a desigualdade afeta e impacta o acesso à educação de certos grupos, como a população negra, a realidade desses

lugares também poderia ser transformada por meio da educação, uma vez que a escolarização e a alfabetização são importantes ferramentas de desenvolvimento e de luta pela equidade.

Em algum momento à frente, iremos nos aprofundar no papel do processo educacional, e seu impacto na dessas pessoas, mas antes voltarei ao ponto de partida, ao início de cada trajetória aqui narrada. Vamos conhecer as cidades e bairros onde nasceram, cresceram e viveram alguns dos protagonistas dessa história.

Para este capítulo, apresentarei três personagens iniciais: Leticia, Pedro e Lucas. Por virem de realidades diversas, suas narrativas individuais trazem, de certa forma, um paradigma das realidades vividas pelos alunos que chegam na FAAC.



DAS PRAIAS DE SÃO VICENTE, NASCE UMA JORNALISTA



A jornada se inicia com Letícia, 18 anos, que em 2024 chega em Bauru para estudar jornalismo. Antes disso, a menina passou toda a sua vida em Vila Margarida, uma periferia do município de São Vicente, no litoral paulista. “Eu moro em uma área que é bem periférica. Lá em São Vicente e Santos tem a maior favela de palafitas⁷ da América Latina, e eu moro bem próximo a ela”, conta a estudante.

⁷ Casa de palafitas são aquelas construídas por cima de troncos ou pilares, em áreas com risco de alagamento, para evitar inundações em épocas de cheia dos rios ou mares dos lugares em que são construídas. A região Dique da Vila Gilda é a maior favela sobre palafitas da América Latina, e abriga mais de 20 mil pessoas.

Meu encontro com Leticia aconteceu na tarde de uma sexta-feira, em uma sala da Biblioteca da Unesp. Era em torno das 17 horas, o sol já não batia tão forte, e a estudante estava presente na universidade há algum tempo, pois vinha de uma reunião com membros de um projeto de extensão do qual faz parte.

Eu e Leticia nos apresentamos brevemente antes da entrevista, e ela me contou sua preferência por gêneros musicais como MPB, Hip Hop e samba. A jovem é preta, de pele clara, e tem os cabelos cacheados pintados em um tom avermelhado. Sobre o qual brinca “não tão avermelhados agora”, ao aludir à necessidade de retocar as mechas escuras. Contou também que ama falar e conversar com outras pessoas - o que, posso dizer, se confirmou verdadeiro, uma vez que nossa entrevista foi a mais longa de todas as coletadas para o livro. Entre muitos assuntos, no bate-papo, Leticia me levou para conhecer um pouco mais sobre sua cidade de origem, São Vicente.

Localizada na Baixada Santista, o município litorâneo paulista abriga mais de 330 mil habitantes, segundo Censo Demográfico do IBGE. Apesar do grande número de habitantes, a cidade ainda carece de investimento em espaços e eventos culturais, tão importantes para o desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional da população. “Das três maiores cidades do conglomerado da Baixada Santista, que são Santos, Praia Grande e São Vicente, a gente sabe que São Vicente, apesar de ser a mais antiga, é uma das cidades mais estacionadas”, conta a jovem.

Diz existir uma falta de recursos governamentais que promovam eventos culturais e investimento na população da cidade. Os moradores, porém, transformam o município em um lugar culturalmente rico. “Em questão de cultura, tem muito lá. É uma coisa muito bonita de se ver”, conta ela. Segundo Leticia, o movimento Hip Hop é forte na cida-

de, com diversos projetos sociais que promovem a arte, por meio de expressões como dança, grafite e fotografia.

Uma dessas iniciativas é o grupo Atmosfera, criado em 1997 pelo educador físico Alessandro Cardoso, que usa da dança para gerar inclusão social na baixada santista. O grupo, que começou ensinando passos do Hip Hop para crianças e jovens de baixa renda, é hoje uma referência em dança de rua, formando dançarinos que competem até fora do país. Leticia, inclusive, já foi uma das dançarinas do grupo, quando ainda morava na cidade.

“Mas acho bom a gente atrelar que [esses movimentos culturais] não são uma iniciativa governamental. É realmente algo da própria sociedade, da população que entende que essa falta precisa melhorar”. Segundo a estudante, como existe uma carência de apoio do estado, a própria cidade e as ONGs vicentinas vão fazendo esse papel que, para ela, deveria ser obrigação do governo. “Então acho que se não fossem esses grupos, especialmente dentro das periferias, muitas coisas poderiam nem acontecer”, declara a menina.

São Vicente, aponta Leticia, é uma cidade que não oportuniza muitas coisas para os seus habitantes. Apesar dessa realidade, ela conta, com orgulho, que a atleta Larissa Pimenta, nascida no município, se tornou medalhista olímpica nos jogos que aconteceram em Paris, em julho de 2024.

O sentimento em relação a esse reconhecimento, para ela, é dubio. “É bom, mas ao mesmo tempo me faz pensar que, ‘poxa, se tem uma medalhista Olímpica numa realidade tão difícil, porque não investir naquilo ou em outros projetos, né?’ Então, acho que São Vicente é uma cidade que tem muitas pessoas que querem trabalhar, que querem crescer, que querem ter oportunidades, mas o que falta mesmo é isso, o investimento”, completa a jovem.

A CIDADE DAS FRUTAS DEU FRUTO A UM ESTUDANTE DE ARTES



Em uma cidade bem menor, porém igualmente ausente de oportunidades, nasceu Pedro, 27 anos. O jovem entrou na Unesp em 2014, primeiro ano de aplicação das vagas afirmativas na universidade, onde se formou em Artes Visuais. Mas, antes de chegar na graduação, Pedro, nasceu e cresceu em Minas Gerais, na cidade de Frutal.

O nome do município, como conta a história transmitida de geração a geração da cidade, se dá pela abundância de um fruto, semelhante à jabuticaba, que nasce nas margens dos ribeirões da região e era chamada simplesmente de “fruta”. Segundo a tradição oral, a região era inicialmente conhecida como ‘Patrimônio das Frutas’, até chegar no nome atual: Frutal.

Segundo estimativas do IBGE, o município conta, atualmente, com cerca de 60 mil frutalenses. A cidade faz parte do chamado Triângulo Mineiro, e fica a cerca de 70 quilômetros do Estado de São Paulo que, pela curta distância, possui bastante influência sobre a região.

Pedro discorreu sobre as oportunidades - e falta delas - dentro da sua experiência interiorana durante nossa entrevista, que aconteceu numa noite de segunda-feira. A conversa foi realizada de modo remoto, uma vez que eu estava na cidade de São Paulo, e ele em Belo Horizonte, onde mora atualmente e cursa administração, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pedro é um homem negro, de pele retinta e cabelo crespo. Da capital de Minas Gerais, ele me levou de volta à sua infância e adolescência em Frutal.

“Olha, eu sou do interior do interior”, brincou, rindo. “Porque o Triângulo Mineiro já é interior, a referência de cidade grande que o triângulo mineiro tem é Uberlândia. E a minha cidadezinha ainda é do interior do Triângulo Mineiro”, explica.

Pedro recorda que a movimentação cultural em cidades interioranas está muito ligada a certos momentos do ano, ou seja, acontece de forma sazonal. “É o carnaval, é a festa do agronegócio... Geralmente a movimentação cultural da região está relacionada a esse tipo de festa”, recorda. Além disso, o estudante ressalta que Minas Gerais conserva algumas manifestações da cultura negra e de diversas religiões. “Então tinha a Congada⁸, A Folia de Reis⁹, e a Catira¹⁰, que eram muito fortes naquela região”.

⁸ A Congada, festa que tem seu berço na África, chegou ao Brasil com a população escravizada, que por meio da festa resgatava e mantinha viva suas tradições africanas. No Brasil, a festa religiosa permanece em diversas regiões, e conta com a dança dos congos, que tem variações dos passos, mas a origem é a mesma, também da época escravocrata. A festa homenageia, entre os diversos antepassados e divindades.

⁹ Festa tradicional e folclórica brasileira, de origem portuguesa, mas com elementos nativos, celebrada em diversas regiões, pela religião católica.

¹⁰ Dança marcada por batidas dos pés e mãos, que surgiu entre o norte de Minas e cidades do interior de São Paulo, com influências de povos originários, africanos e europeus.

Apesar das eventuais comemorações, Pedro conta que, até chegar na Unesp, sua relação com meios culturais era complicada e escassa, por conta da realidade que atravessa a interioridade do país. “O acesso a certos meios culturais, a meu ver, está muito relacionado a espaços de poder, de um certo modo. No interior, por exemplo, existe uma força das religiões que vieram com a colonização, ou seja, que não são dos povos originais e não são de matriz africana. O contato com essas religiões cristãs está ligado com o acesso à cultura, que também favorece, de um certo modo, a aprendizagem e a educação, e outros espaços”, diz o jovem.

Além disso, Pedro também enxerga no interior uma influência do poder político e do agronegócio: “Existe uma relevância política, ou seja, te facilita ser parente do prefeito fulano ou do antigo vereador ciclano. É uma espécie de coronelismo”¹¹ no interior do Brasil, que acaba sendo uma porta aberta para esses espaços. E existe, além disso, uma pequena burguesia do interior do agronegócio, que também tende a levar um relativo peso nessa questão de acesso a meios culturais”.

A desigualdade socioeconômica também se mostra um relevante fator para Pedro, que enxerga uma grande diferença entre escolas públicas e privadas do interior, e os acessos fornecidos para quem frequenta cada uma.

Em contrapartida, Pedro ressalta que o interior tem uma diferença, em relação às grandes cidades, na existência de periferias. “Porque assim, a periferia, no interior, é a rua de baixo, sabe? A cidade é muito pequena e as classes sociais se auto segregam em ruas, é muito pertinho uma da outra”, diz.

¹¹ O coronelismo define o comportamento dos chamados coronéis e as relações de poder na época da República Velha, quando esse grupo detinha controle em suas regiões, usando da violência e troca de favores com seus subordinados.

Dessa forma, o estudante acredita que, de onde veio, as pessoas não vivem em bolhas, segregadas a quilômetros de distância umas das outras, como em grandes metrópoles. Fica muito claro, uns para os outros, quem está recebendo melhores condições de ensino, de trabalho e de acesso. “Por que são todos vizinhos, é muito fácil de enxergar”, aponta.

DE JAÚ A BAURU, VEIO LUCAS



Outro aluno a nascer em um pequeno município, foi Lucas. Sua cidade natal, Penápolis, possui cerca de 60 mil habitantes, conforme o censo demográfico de 2022 do IBGE. Ainda pequeno, porém, o jovem se mudou para Jaú, cidade que fica a menos de uma hora de Bauru, e segundo dados do mesmo ano, coletados pelo Instituto, tem uma população residente de cerca de 133 mil pessoas. O jovem compartilhou sua trajetória até chegar na Unesp em 2019, onde se formaria, 5 anos depois, em Relações Públicas.

Minha entrevista com Lucas aconteceu em um sábado à tarde. O jovem, negro, de cabelo raspado e bigode, conversava comigo de

seu apartamento em Santana, um dos bairros mais antigos da Zona norte de São Paulo. Lucas tem 24 anos e atualmente trabalha como profissional de dados.

Apesar de atualmente morar na maior metrópole da América Latina, onde os espaços culturais não faltam, a realidade de Lucas nem sempre foi assim. Foi recentemente, neste ponto da vida, enquanto jovem-adulto, que o RP começou a ter mais oportunidades e frequentar novos lugares. “Espaços de lazer em Penápolis eram pouquíssimos, tinha muito pouco investimento público com relação a isso. Em Jaú era um pouco maior, mas não fugia tanto dessa regra”, recorda.

Além de poucas as opções, a questão financeira também afastava o menino de frequentar lugares de troca cultural, lazer e educação. “Eu fui ter um pouquinho mais desses espaços em Bauru e olhe lá... A partir do momento que comecei a estagiar, tive mais acesso a essas questões”, conta Lucas, que com o início de sua carreira, pode ampliar seus horizontes. “Então, conforme a cidade [que eu moro] foi aumentando de tamanho, eu fui notando também essas diferenças de oportunidades”, comenta Lucas.

Além dos três alunos aqui citados, os outros entrevistados também relataram experiências parecidas. Vindo de cidades do interior de Minas Gerais, da região metropolitana e do interior de São Paulo, a maioria compartilhou o sentimento de falta de espaços culturais na cidade, dificuldades de mobilização urbana e falta de investimento governamental. Dos 6 alunos, apenas uma estudante ressaltou, de forma positiva, sua região e as oportunidades oferecidas a ela durante seu crescimento. Vamos conhecer um pouco mais desses alunos no próximo capítulo, em que apresentarei o perfil familiar dos entrevistados.

**EU SOU A
CONTINUAÇÃO
DE UM SONHO,**

DR. PART. XNV\$

”

**EU SOU A CONTINUAÇÃO DE UM SONHO
DA MINHA MÃE, DO MEU PAI
DE TODOS QUE VIERAM ANTES DE MIM**

”



PERFIL FAMILIAR

A família tem um papel fundamental na formação do indivíduo. Antes até das primeiras relações que ocorrem no ambiente escolar, é dentro de casa que começa o processo de socialização de uma pessoa. Se hoje amo ler e escrever, sei que devo demais aos meus pais, que sempre me incentivaram a passar tempo dentro de um livro. Isso, não tenho dúvidas, foi essencial para a minha educação.

Quando falamos de educação, temos múltiplas perspectivas que podem ser compreendidas pelo significado da palavra. Uma delas é, justamente, a educação que adquirimos na família.

“Essa educação vinda de casa é fundamental, [...] e muito importante na formação de uma pessoa”, explica Patrícia, doutora em educação, com enfoque em diversidade e práticas inclusivas, e pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Especialmente quando falamos de crianças negras, é essencial que esse apoio da família seja acolhedor e explicativo, mostrando para essas crianças a importância de sua existência. “Para assim poderem enfrentar a realidade e a dureza do racismo, e entenderem o que é essa discriminação”, completa a doutora.

Quando chegamos no contexto do ensino superior, mais alguns aspectos devem ser levados em consideração no impacto do ciclo familiar. Em 2015, um a cada três participantes do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)¹² relataram serem os primeiros da família a terem um diploma universitário.



¹² O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, avalia o rendimento de quem concluiu cursos de graduação, levando como parâmetros os conteúdos previstos nos currículos dos cursos, o desenvolvimento de competências e habilidades para a formação pessoal e profissional, e a atualização dos estudantes com relação à realidade do país e do mundo.

Neste livro, escrito quase 10 anos depois, a maioria dos entrevistados segue o mesmo perfil. Os estudantes têm, em comum, a experiência de serem os primeiros da família¹³ a entrarem em uma universidade - ou, pelo menos, os pioneiros a se mudarem de cidade por conta dos estudos.

Essa vivência pode ser desafiadora por diversos fatores. Uma pesquisa da faculdade de educação da Unicamp, intitulada 'O primeiro universitário da família', analisou o perfil e as adversidades enfrentadas por alunos de graduação que não tiveram antes na família alguém que chegasse ao ensino superior. Segundo o estudo, esses alunos são acarretados por dificuldades emocionais e até mesmo acadêmicas ao não terem, em antigas gerações, alguém que tenha compartilhado a vivência universitária.

Por outro lado, estudantes oriundos de famílias onde existe um maior acesso ao ensino superior têm mais facilidade de entrar nesse meio. Marucia Patta Bardagi, psicóloga e referência em estudos sobre a influência familiar na educação superior de discentes, apontava, já em 2004, que "as relações familiares são fatores importantes no desenvolvimento de carreira em estágios posteriores, facilitando, por exemplo, as transições escola-universidade e universidade-trabalho, e o ajustamento emocional".

Apesar de complicado, muitos alunos têm se arriscado nesse distante e desconhecido universo acadêmico, mudando o perfil acadêmico de suas famílias e abrindo portas para que as próximas gerações possam, por fim, se espelharem e continuarem ocupando esses espaços.

¹³ O conceito de família, usado nessa pesquisa, é individual e único para cada estudante. Alguns citaram apenas seus pais e avós, enquanto outros abrigaram seus tios, primos, irmãos e padrinhos na equação. A família, para cada entrevistado, é o conjunto de referências de que se lembraram, conforme eu perguntava sobre suas memórias familiares.

MUDANDO DE CIDADE EM BUSCA DA UNIVERSIDADE



Este é o caso de Felipe, que tem 23 anos e está cursando o segundo semestre de Relações Públicas na Unesp. Natural de Cachoeira, cidade mineira de 12 mil habitantes, o estudante se mudou há 7 anos para Jundiaí, onde morou com sua madrinha para cursar o ensino médio em uma Escola Técnica Estadual (ETEC).

A oportunidade de se mudar para uma cidade maior do que sua cidade natal foi um grande passo para que Felipe pudesse estar, hoje, na universidade. O apoio de sua madrinha e de seus pais ajudou o jovem a persistir em seu sonho de fazer uma graduação, seguindo um caminho que seus pais não puderam.

“Eu sempre tive esse planejamento de me formar, e hoje sou o primeiro da minha família a ingressar numa faculdade pública”, conta o jovem, em nossa conversa que aconteceu em uma sala dentro da Biblioteca da Unesp, na tarde de uma quarta-feira, ao final do dia. O menino negro, de pele clara e cabelo crespo, vestia uma camisa do Corinthians, time para qual torce fielmente.

Voltamos para suas raízes, e Felipe me contou que seu pai é trabalhador rural e sua mãe trabalha em uma fábrica de aquários. “A minha mãe tem o ensino médio completo e o meu pai tem o fundamental. Os meus avós, sendo sincero, eu não tenho certeza, mas eu imagino que não tenham nem o fundamental”, conta o jovem, a respeito da formação de cada integrante.

Poucos parentes de Felipe chegaram a ter um diploma. Ele cita sua minha madrinha, que é formada em pedagogia. “E eu tenho uma prima e uma tia, cônjuges de parentes meus, que também são formadas, mas só. São as únicas pessoas da família que têm alguma formação”, diz.

Sua madrinha, que é professora, não apenas abriu as portas da sua casa para que Felipe pudesse morar em Jundiá, mas também deu o apoio que o menino precisava para permanecer nos estudos. “Ela sempre me incentivou, sempre me enxergou. Acho que a principal pessoa em questão de oferecer oportunidades para mim foi a minha madrinha”, lembra, com gratidão.

Felipe ressalta que a mulher que o batizou nunca se negou a receber em casa nenhum parente que fosse até o município em busca de novas oportunidades. Sendo Cachoeira uma cidade muito pequena, era na região metropolitana que muitos viam a chance de mudar de vida.

Além disso, os pais de Felipe também deram um incentivo para entrada do menino na universidade, sonhando para o filho um futuro diferente da realidade que viveram. “Meus pais, por não terem formação, sempre tiveram a visão de: ‘não queremos para você o que a gente teve, queremos sempre o melhor’”, recorda.

Hoje, ele espera que sua experiência sirva de inspiração para outras pessoas da família e da cidade em que cresceu. “Tem muita gente com potencial em cidades menores e, às vezes, o que faltam são as oportunidades”, reflete.

SAIR DE CASA COM NA MALA, NADA ALÉM DE UM SONHO



Estefani foi outra estudante cujo apoio familiar foi essencial para chegar na Unesp. A jovem tem 28 anos e entrou na FAAC em 2014, onde se graduou em jornalismo. Nascida em São José dos Campos, a jornalista conta que a cidade em que cresceu forneceu diversas oportunidades para si e para sua família. Por conta disso, a caçula de dois irmãos, foi a primeira da família a frequentar uma universidade pública, e a decidir mudar de município para os estudos.

A mulher negra, de cabelo cacheado, conversou comigo em uma tarde de segunda-feira. Era a semana do seu aniversário, seus últimos dias com 27 anos, quando proseamos um pouco sobre os professores da Unesp que tivemos em comum - eu, em 2024, e ela, dez anos antes. Estefani vestia uma roupa esportiva, estava pronta para correr pela sua vizinhança. Antes de partir em seu exercício físico,

Estefani conversou comigo sobre sua ida para a universidade e como a situação foi percebida por sua família.

Estefani não se recorda de seu pai terminar a faculdade de administração que começou a cursar, mas diz que, desde pequena, ele trabalhava com a parte administrativa dos empregos que passava. “Hoje em dia a gente fica nomeando as coisas, mas desde que eu me entendo por gente o meu pai sempre foi aquela pessoa que sabia fazer de tudo, que corre atrás de tudo, mas não tem a formação, sabe?”, comenta. Atualmente, o pai tem seu próprio negócio na área de limpeza pós-obras, em apartamentos e condomínios.

“Minha mãe é dona de casa, e sempre foi”. Estefani conta que a mãe terminou seus estudos no ensino médio, mas que sempre teve aptidão para diversas atividades. “Ela sempre foi muito boa nos esportes e escreveu muito bem. Inclusive, ela que me colocava para escrever quando eu era criança”, recorda.

Falando da mãe, Estefani lembrou que, enquanto crescia, sua falta de educação era punida por meio da escrita. “Minha mãe tinha dificuldades de pensar em que formas iria me castigar. Aí, quando eu fazia alguma coisa, ela falava que meu castigo era ter que fazer uma redação explicando o porquê eu havia feito algo errado”, conta a menina. Dessa forma, Estefani foi pegando o hábito da escrita e, hoje, trabalha com isso.

Quando, por fim, chegou a época de prestar vestibular, sua mãe continuou incentivando os estudos da jovem. Estefani conta que, naquele momento, alguns parentes tinham dificuldade de entender a necessidade da menina de se mudar para estudar em outra cidade. Dúvidas a respeito de como funcionava a Unesp faziam os parentes questionarem o porquê ela não ficava na cidade natal e completava os estudos por ali mesmo, ou seguia outros planos.

“Até hoje minha família não entende muito bem. Eles ficam ‘você é

mulher e saiu de casa com 17 anos? Você não foi se casar, não foi ter filho, o que aconteceu?”, conta a jornalista. Apesar dos comentários de alguns familiares, a mãe de Estefani seguiu firme pedindo que a filha fosse atrás dos sonhos e da própria independência.

“A minha mãe foi a mais incisiva, falou para eu ir e ficar. Lembro que na minha primeira semana da Unesp, eu senti o baque. Minha família é muito grande, sempre fui o cristalzinho de todos, e de repente eu tinha 17 anos e me jogava em Bauru. Ai eu chorava, chorava e chorava. Liguei para minha mãe e falei que ia voltar. Na hora ela me respondeu que eu estava proibida de voltar”, conta Estefani, que hoje se recorda com carinho, mas na época diz ter ficado arrasada.

Sua mãe, por ligação, falou que se a menina voltasse para a cidade, não voltaria para dentro de sua casa. “Ela falou desse jeito! Mas graças a Deus que ela fez isso, porque ela me conhece muito e eu precisava disso”, agradece a menina.

Não ter tido outras pessoas próximas com a mesma vivência foi o mais difícil para Estefani, que naquele momento vivia algo único, como a primeira pessoa do ciclo familiar a se arriscar fora de São José dos Campos para uma graduação. “Eu não conhecia ninguém que tivesse passado por isso. Ninguém para me falar que é normal, que você vai sentir um pouco de saudade e já já passa, sabe?”, desabafa.

Apesar disso, a experiência de Estefani ficou um pouco mais fácil e leve com a ajuda dos parentes que, segundo a estudante, ‘se apertavam’ para conseguir dar apoio financeiro para a menina. “Quando eu fui embora, eu lembro que minha família me ajudou muito em questão financeira. Eu voltava pouco para São José dos Campos, porque é caro viajar, e eu lembro que em datas comemorativas eles se juntavam e faziam vaquinha para arrecadar dinheiro e eu conseguir vir para cá”, conta.

Por essa questão, sua família nunca conseguiu ir para Bauru, e não

chegaram a visitar o município que foi casa para Estefani durante sua graduação. Seu pai foi o único que chegou a conhecer a cidade, quando trouxe a filha em sua mudança. “Minha família não conseguiu ir para minha colação, por exemplo. Eu mesma quase não consegui ir para a minha formatura!”, se lembrou, hoje rindo da situação complicada que viveu.

INCENTIVANDO O RESTO DA FAMÍLIA



A experiência de se mudar foi, de fato, desafiadora, e não apenas para ela. Luisa, que se formou em Relações Públicas em 2023, também viveu a dificuldade de construir uma nova vida longe de casa. A RP é nascida em Cajamar, na região metropolitana de São Paulo. Foi de lá que ela conversou comigo, no final do dia, em uma quinta-feira. Luisa é negra, de cabelos cacheados até os ombros, e usava uma camisa branca enquanto nós nos falávamos de forma remota - ela, de volta a Cajamar, e eu, ainda em Bauru.

Luisa também foi a primeira pessoa da sua casa a entrar na universidade. Seus avós maternos estudaram até a quarta série, enquanto seus avós paternos não tiveram nenhuma formação escolar. Sua mãe se formou no ensino médio e seu pai, hoje falecido, não tinha o segundo grau completo até a vida adulta.

Ser a primeira da sua casa a ir para a universidade foi uma experiência que Luisa descreve ser ao mesmo tempo, diferente e estranha. “Porque tinha momentos que eu era meio que o orgulho da família, mas, ao mesmo tempo, eles também ficavam se perguntando se realmente existia a necessidade disso, de eu ir tão longe para me formar”, lembra a jovem.

Sua mãe, Luisa afirma, sempre a apoiou muito. Era o desejo da mãe, inclusive, ter cursado ela mesma uma faculdade. Mas, apesar do incentivo, continuavam existindo momentos de dúvida por parte dos pais. Ao verem a menina nervosa e ansiosa antes dos vestibulares, eles se perguntavam: será que isso vai dar certo? Será que vale a pena?

Mas, para Luísa, valia a pena. Mesmo que, antes de falar sobre universidade em casa, esse assunto não fosse discutido nas conversas de sua família. “Quando eu estava nessa loucura de fazer uma faculdade, e eu tinha esse foco de fazer uma pública, virou um questionamento: por que ela precisa fazer uma faculdade pública? Ninguém nem fez faculdade aqui, quem dirá pública!”, lembra.

Hoje, a família de Luisa já não pode dizer o mesmo. Eles têm, sim, quem tenha feito faculdade pública na família. Além disso, depois que a filha entrou na universidade, o pai decidiu terminar a escola e entrar no mundo universitário. Antes de falecer, o pai de Luisa ingressou, aos 40 anos, em uma graduação de engenharia ambiental.

Dos demais entrevistados, apresentados no capítulo anterior, o perfil da maioria segue parecido. Os pais de Letícia também não chegaram à

universidade, mas fizeram um curso técnico profissionalizante e trabalharam como corretores de seguros. Já na família de Lucas, os pais não completaram o ensino médio, e eram empregados em fábricas da região em que moravam, no interior de São Paulo. Pedro foi o único entrevistado cuja mãe teve acesso à graduação antes dele. Ela se formou em uma universidade privada, por meio da renda familiar. O marido trabalha como prestador de serviços, na área de pintor automotivo.

O esforço desses alunos, alinhado à ajuda financeira ou emocional de seus parentes, foi essencial para que todos chegassem à universidade e começassem um novo capítulo na história de suas famílias. Enxergo que o mais importante, porém, não é apenas que estes estudantes sejam os primeiros, mas que não sejam os últimos. Que suas entradas deixem uma porta aberta para mais gerações de pessoas negras que, por tanto tempo e, por tantas gerações, foram afastadas do meio acadêmico.



ATEL SUA ALMA

DJONGA PART.
TASHA E TRACIE



A black and white photograph of a man with a backpack walking past a large windmill. The man is in the foreground, walking from left to right, looking towards the windmill. The windmill is in the background, with its large sails visible. The image has a high-contrast, grainy texture.

“

*CRESCI PENSANDO UMA FORMA DE
SAIR DA VIDA QUE ARMARAM PRA MIM
FAZIA AS CONTAS E NÃO VIA SAÍDA
PENSAVA PRA SEMPRE
NÃO PODE SER ISSO
SE PÁ MINHA SINA
UM CICLO NUM VÍCIO*

”



PERFIL ESCOLAR

Quando fiz 17 anos, e entrei no último ano de vestibular, eu já tinha uma certeza: queria ser jornalista. Não, nunca houve um momento de dúvida. Não pensava em plano b ou c. Era isso, eu sabia! Pensei que, com essa certeza, não seria difícil ir em busca da tão sonhada vaga. Afinal, enquanto alguns colegas ainda nem imaginavam o que queriam prestar, eu já estava preparada. Mas me enganei ao achar que, depois disso, tudo seria fácil. Saber o curso que se quer prestar, hoje percebo, é, talvez, a parte mais simples. O estresse do vestibular, e a luta para chegar no ensino superior, podem ser bem mais desafiadores.

O caminho para chegar até a faculdade começa muito antes de se inscrever no vestibular. A bagagem construída durante os anos de ensino fundamental e ensino médio, são fatores determinantes para aproximar - ou afastar - um aluno da tão sonhada universidade. Sabendo disso, busquei conhecer as instituições de ensino que os entrevistados desse livro passaram antes do ingresso na Unesp.

É interessante perceber que, novamente, seus caminhos se entrelaçam. Dos seis entrevistados, apenas dois frequentaram instituições de ensino particulares durante uma fase de suas vidas. E, para aqueles que cresceram em escolas públicas, ao entrar em um cursinho preparatório ou começar a frequentar uma ETEC, o susto foi grande. Tiveram um choque ao perceber que, tudo aquilo que conheciam, estava distante e muito abaixo do esperado para ingressar numa universidade, ainda mais pública.

Além disso, como alunos negros, o começo da infância pode ser assustador. Além de matemática e português, esses alunos aprendem, na escola, o que é discriminação e racismo. Aprendem que são pessoas negras e, para isso, não tem professor que consiga facilitar o conteúdo. Vamos entender, então, o impacto desses processos na vida dos estudantes.

É dentro da escola que os indivíduos têm, por muitas vezes, suas primeiras experiências de vida democrática. Dividindo a atenção dos professores, trabalhando em grupo ou lidando com diferenças, as crianças aprendem, nesse ambiente, que existe um mundo e uma sociedade ao seu redor.

Ao se enxergar, pela primeira vez, como parte de um todo, é também na escola que, muitas vezes, cada um descobre a forma com que o seu “eu” é compreendido e visto pelo “outro”. Como já declarou o educador e filósofo Paulo Freire, o conhecimento é, por fim, “o processo que implica na ação e reflexão do homem sobre o mundo”.

Para alunos negros, percebe-se, porém, que a escola é construída para excluir, e não para informar. “A gente tem várias máscaras coloca-

das nesses sujeitos [negros] para não entenderem quem são, de onde vem, quais são as questões políticas que deve ter acesso e quais são os seus direitos humanos, enquanto uma pessoa social e culturalmente afro referenciada”, explica a doutora Patrícia, da Universidade Federal do Espírito Santo, que conhecemos anteriormente.

Pensar na educação, dentro dessa realidade, traz uma reflexão sobre o papel da escola. “Porque a função da educação, para nós pretos e pretas, deveria ser constituir essa consciência negra, constituir essa autonomia e empoderar esse sujeito, fortalecer para que ele possa saber como se portar diante de determinadas situações. Porque não são fáceis, né?”, observa a professora.

Existindo essa disparidade do que deveria ser e do que é realmente a escola, quem vivencia o resultado disso são os alunos. E essa primeira interação com as instituições de ensino não apenas modela a formação pessoal do indivíduo, mas também pode afetar a permanência nos estudos e, por fim, o acesso à universidade.

Dentro dessa constatação, outro aspecto deve ser levado em consideração. Existe, também, uma grande diferença na experiência de alunos que vivenciam a escola pública e a escola privada. Quando falamos em educação dentro do nosso país, é garantido, pela Lei nº 9.394, que a escola pública seja universal, plural, obrigatória e de qualidade. A realidade, por outro lado, nem sempre segue a nossa constituição.

Antes das políticas de ação afirmativa, 75% das vagas do ensino superior no Brasil eram ocupadas por oriundos da população de maior renda per capita do país. Em outras palavras, a universidade era, e sempre foi, para quem tem dinheiro. O acesso a escolas particulares, além de poderem pagar as mensalidades das faculdades particulares, facilita a chegada desses alunos às universidades.

Dessa forma, quem não tinha condições de ter uma educação de qua-

lidade, ou pelo menos pagar um curso preparatório para os vestibulares, as universidades pareciam algo distante - até as cotas começarem a mudar essa perspectiva.

Dentre os alunos entrevistados para o trabalho, a maioria não teve acesso a escolas particulares. E, mesmo os que tiveram, a necessidade de bolsas de estudo ou a vivência diária com a discriminação racial, dificultaram o processo educativo dos estudantes. Para compreender melhor essa realidade, vou apresentar, neste capítulo, o perfil escolar de alguns dos entrevistados.

NA ETEC, TUDO MUDOU



Felipe, natural de Cachoeira, sempre estudou em escola pública, e conta que a qualidade de ensino era precária. “Ainda mais em uma cidade muito pequena. Por mais que os professores tentassem, e eles davam sempre o máximo, os recursos eram muito limitados”, conta o menino.

Quando se mudou para Jundiaí, cidade em que ingressou em uma ETEC, Felipe confessou ter sentido uma grande disparidade em relação ao ensino dos demais alunos de sua sala. “Pô, na primeira semana que cheguei, já tinha um moleque que falava inglês! Aquilo para mim foi um choque”, lembra.

Antes de se mudar, Felipe conta que o nível educacional de todos a sua volta era parecido e, por isso, não sentia uma discrepância com o

resto de sua sala ou escola. Ao chegar na escola técnica, porém, isso mudou. Diferente de outras escolas públicas, a ETEC possui um sistema diferente de ensino e admissão dos alunos.

As escolas técnicas estaduais paulistas são administradas pelo Centro Paula Souza (CPS), uma autarquia do Estado de São Paulo que trabalha junto à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e administra instituições de ensino profissionalizantes da região. As Faculdades de Tecnologia de São Paulo (Fatecs), por exemplo, são gerenciadas pela organização.

Já o meio de ingresso das Etecs é particular. A matrícula só ocorre depois do vestibulinho, uma prova que seleciona os alunos no final do ensino fundamental para entrarem nas instituições. Pela qualidade do ensino, a ETEC se mantém como a melhor escola pública do estado, atraindo todos os tipos de estudantes. Nem sempre, porém, os professores estão aptos para mediar uma sala de aula onde a realidade de cada estudante diverge entre si.

Felipe conta que, no início, sentiu dificuldade em acompanhar as aulas, por ser um sistema completamente diferente do que conhecia até então. O aluno lembra que alguns professores entendiam as disparidades e buscavam explicar os conteúdos de uma forma mais simples, enquanto outros não sentiam a mesma necessidade. “Eles atropelavam um conteúdo e se você não entendesse, era questão sua”, diz.

Mas, apesar das dificuldades, o jovem conclui ter tido uma boa preparação para o vestibular, dentro do que era possível. “Foi na ETEC onde eu realmente tive noção do que queria fazer. E foi mais para o final do ensino médio, diferente da maioria [dos alunos]. Eu não tinha noção do que era uma faculdade pública, eu não sabia o que era Unesp, o que era USP. Não era algo conversado de onde eu venho”, completa o estudante.

Após se formar na ETEC, em 2020, o aluno passou alguns anos trabalhando enquanto estudava para o vestibular. “Em 2021 eu entrei num

cursinho popular, mas por conta do trabalho acabei abandonando. Tinha muita pressão no trabalho, e eu não tava conseguindo ter aquela tranquilidade, era muito estresse. Eu acabei entrando em outro emprego, mas era por escala, e eu não conseguia acompanhar as aulas de sábado. Então eu tive que abandonar, né?”, conta o menino, que em 2024 ingressou na universidade. “Mas esse ano mesmo eu passei sem o cursinho, então deu tudo certo”.

Luisa, que veio de Cajamar, também passou a vida toda em escola pública, e percebeu que o ensino era bem prejudicado. A instituição ficava na rua de baixo de sua casa e, quando inaugurada, a menina lembra da empolgação da vizinhança com a novidade. “Quando inaugurou parecia uma coisa incrível, ia ter até laboratório. Mas, na verdade, teve computador só nos primeiros anos, depois quebrou, e aí foi quebrando e já não tinha mais para todo mundo. As aulas no laboratório, que era de informática, começaram a ser em dupla”, conta a jovem.

Ela complementa que, para além da parte tecnológica, a infraestrutura era bem precária: “Então os banheiros sempre daquele jeito, né? E você via tudo meio quebrado, que nem as cadeiras e carteiras”.

Em relação ao ensino, Luisa ressalta que eram poucos os professores que se esforçavam para dar a melhor educação possível para seus alunos. Um deles, inclusive, foi quem apresentou a ETEC para a sala da jovem. “Eu não sabia sobre Etec, não sabia nada. Mas fui fazer, por sorte acabei passando, e então o mundo mudou”, declara.

Luisa lembra que, por mais que a Etec também fosse uma escola pública, era tudo voltado para o aprendizado em um nível, que ela descreve como absurdo, de uma forma que nunca havia presenciado. “As pessoas estudavam! Eu cheguei lá e eu não sabia estudar. Isso era a coisa que mais tinha me pegado”, lembra.

Depois disso, as coisas começaram a andar para a menina. Até então,

quando pensava em ensino superior, era de forma distante. “Antes era só aquela coisa de perguntar para criança o que ela quer fazer quando crescer, sabe? Toda criança responde, mas eu não sabia como que eu ia chegar nessa profissão sonhada”.

Uma vez dentro da ETEC, o caminho se tornou mais claro. Com ajuda de professores, começou a se preparar para esse sonho de viver a universidade. Em relação à estrutura, Luisa conta que as coisas não eram tão diferentes de sua antiga escola. “Minha Etec até apareceu no SPTV, que não tinha merenda, umas coisas assim”, conta a jovem, que achava a Etec bem sucateada também, mesmo que melhor.

Apesar disso, a atmosfera da instituição a deixou mais preparada para a universidade - e isso vai muito além das matérias ensinadas dentro da sala de aula. “A bagagem que a Etec me trouxe é muito voltada para o organizacional. Não no sentido que é possível dar um jeito para tudo, mas sempre tentar ver um lado bom ou tentar pensar em um método diferente para fazer uma coisa. No vestibular, isso me ajudou muito porque, além das matérias, eu pensava fora da casinha”, conta.

Para Luisa, chega a ser difícil explicar essa sensação. Ela aponta que o conhecimento que a ETEC lhe trouxe vai além dos gabaritos, mas ela foi ensinada a ver as coisas de um jeito diferente. “Eu não fiz um cursinho preparatório, mas a vivência, eu acho, que me preparou para entrar na Unesp”, pontua.

Na escola, havia uma grande movimentação cultural entre os alunos, que realizavam e apresentavam eventos de música, dança, gastronomia e outras expressões artísticas para o público da cidade. “E isso me ajudou até a escolher minha profissão. Todas as vezes que tinha algum evento assim, ao invés de eu participar efetivamente, eu sempre tava na organização”, declara a menina, que ao descobrir o curso de RP, percebeu que era possível transformar suas habilidades em uma carreira.

AO CHEGAR NO CURSINHO PREPARATÓRIO, SE SENTIU DESPREPARADA



Estefani não estudou em uma ETEC, mas também sentiu o baque ao perceber o quão pouco preparada o ensino público te deixava em comparação a outros alunos do cursinho que frequentou durante o último ano do ensino médio. A menina, que estudou a vida inteira em escola pública, lembra que sempre se destacava nos estudos e nas notas, como uma das primeiras da turma. Isso mudou bruscamente durante o preparatório para o vestibular.

“Quando eu cheguei no cursinho, eu chorava todo dia pensando ‘meu deus, eu sou muito burra’”, conta a jovem. Estefani percebeu o quanto era defasado o ensino de sua escola pública que, segundo ela, “não tem recurso e não prepara os alunos nem minimamente para competir no vestibular”.

Durante o início do seu cursinho, viveu um momento muito difícil, e a insegurança a deixava desanimada e atrapalhava até mesmo os

estudos. “Mas aí eu me recompus. Eu falei para mim mesma ‘calma, eu quero ser a pessoa mais inteligente do mundo, ou eu quero passar do vestibular? Eu quero passar no vestibular!’”, pensou Estefani que, por fim, passou no vestibular.

O ENSINO PARTICULAR TAMBÉM NÃO FOI FÁCIL



Pedro, de Minas Gerais, foi um dos únicos dois alunos entrevistados que estudaram em uma escola particular durante o fundamental. Filho único, os pais puderam investir nos estudos do menino, que desde pequeno estudou em instituições pagas. Apesar de a qualidade do ensino ter sido melhor, sua experiência foi desafiadora por outros motivos.

“A partir do meu ensino fundamental 2, lá perto da quinta série, dali para frente a minha vida escolar começou a ficar muito pesada. Na escola começou um bullying terrível, uma coisa de distinção social, um racismo ali presente o tempo todo”, recorda Pedro.

Apesar dos pais terem condições de darem um ensino de qualidade para o menino, Pedro precisou sair da instituição em que estudava por

não conseguir aguentar mais o racismo e distinção que sofria quando era ainda criança. Por conta disso, transferiu seus estudos para uma escola pública, onde terminou o ensino médio. De modo inverso, ele também percebeu a disparidade entre os dois tipos de ensino que frequentou. Mas com ajuda de um curso preparatório para o vestibular, o menino pode, por fim, entrar na Unesp em 2014.

Leticia, de São Vicente, foi a outra estudante que passou o ensino fundamental em instituições particulares, graças a uma bolsa de estudos que permitia aos pais pagarem com desconto a escola da menina. No ensino médio, porém, adentrou em uma ETEC, onde se preparou para o vestibular, ao mesmo tempo que fazia, aos sábados, um cursinho comunitário.

Para todos os entrevistados, foi impossível não enxergar a diferença entre a formação escolar que instituições públicas e privadas ofereciam. Além disso, a maioria dos estudantes terem se formado em uma ETEC durante o ensino médio mostra, também, a diferença que essa rede tem de outras escolas públicas do estado, se destacando por garantir um acesso mais eficaz à universidade.

Para os oriundos de escolas públicas, não foi fácil lidarem, ainda adolescentes, com o fato de que estavam distantes de um ensino de qualidade. Sentimento de insegurança, medo e preocupação foram, em todas as entrevistas, algo compartilhado. Medo de não serem suficientes, de não terem os recursos necessários, de lidarem com a discriminação. Ao se lembrar de sua formação, eles se lembram de um caminho que parecia distante da universidade. Um caminho que não foi construído para chegarem, de fato, até aqui.



UM CAMINHO FORA DA CURVA



A universidade pública não parece ter sido construída para alunos de escola pública. Entre todos os relatos que ouvi, um deles me marcou por mostrar, de forma bem clara, essa realidade. O narrador foi Felipe. Sua infância, na cidade de Penápolis, foi marcada por professores que o excluía e apontavam para seus pais que o menino tinha um atraso em relação aos outros. Após adulto, ele pode perceber que o incomodo que sentia, quando criança, era fruto da discriminação racial.

Mas o menino foi crescendo, estudando, e mesmo contra a crença de seus professores, foi atrás do sonho do ensino superior. Depois de um ensino médio em escola pública, e mesmo sem poder fazer o cursinho, entrou na Unesp em 2019. Seus pais, que não conheciam a universidade, ainda não tinham noção do tamanho da conquista do filho. “Mas eles perceberam depois, porque muitas famílias ali de Jaú, principalmente os chefes, donos de fábrica, que empregavam minha mãe e meu pai, queriam que os filhos estudassem na Unesp, ou na USP”, lembra.

Essa realidade fez os pais entenderem, de fato, o quão significativo era o menino ter chegado nessa instituição. “Eram pessoas [filhos dos chefes dos seus pais] que frequentavam os melhores colégios de Jaú, sabe? Eles pagavam, no mínimo, uns dois mil reais de mensalidade. Além disso, se bobear, faziam um cursinho. E ainda assim, às vezes, nem sequer passavam. Então meus pais foram meio que tendo essa noção, da grandiosidade disso tudo”.

E foi grandioso, de fato, a chegada de cada um deles na Unesp. Mesmo saindo de escolas e cidades com baixa infraestrutura, percorrendo um destino diferente daquele que viveram suas antigas gerações, esses jovens são hoje graduandos ou graduados em uma das maiores e melhores universidades do Brasil. E as vagas afirmativas têm um grande papel nesse processo.

Elas mudaram o perfil dos estudantes que frequentam universidades no Brasil. Se antes a maior porcentagem nas vagas ficava para estudantes oriundos de famílias ricas, como apresentado no começo do capítulo, a reserva de vagas está, aos poucos, mudando esse cenário. Como consequência, a quantidade de alunos negros na universidade nunca foi tão grande. O último censo do IBGE, de 2022, aponta que somos mais de 4,1 milhões de alunos pretos ou pardos nas universidades. Letícia, Pedro, Estefani, Felipe, Luisa, Lucas e eu, que lhes escrevo, representamos uma pequena porcentagem que ilustra essa grande conquista e mudança no ensino superior do Brasil.



V00
1360

DUQUESA

“

*SEMPRE TÔ CANSADA E O CANSADO É
CULPADO DE ACABAR COM EGO [...]
QUANDO EU DORMI? NÃO LEMBRO
QUANDO NÃO PENSEI? NÃO LEMBRO
A VOLTA É SEMPRE UM CÉU CINZENTO*

”

PARTE II – NA UNIVERSIDADE



CHEGAR E PERMANECER

Enquanto eu estudava para o vestibular, muitos colegas de sala brincavam com o fato de que quando nos formássemos no ensino médio e atingísse a maioridade, deixaríamos de ser estudantes para ocupar o lugar de “desempregados”. As piadas a respeito da possível falta de uma profissão e de uma graduação escondiam, por trás das risadas, o medo de se tornar o que crescemos ouvindo como “nem-nem”¹⁴. A pessoa que nem estuda, e nem trabalha.

¹⁴ Termo que se refere a jovens adultos, entre 18 até 24 anos, que não estão inseridos no mercado de trabalho ou em instituições de ensino. Apesar de estigmas a respeito dessa situação, os motivos para alguém não estar trabalhando formalmente ou estudando são diversos, como falta de oportunidades, fatores socioeconômicos, ou a necessidade de estar em casa, seja por para cuidar de filhos, de familiares ou da casa. Vale ressaltar que, segundo o relatório Tendências Globais de Emprego para Jovens 2024 (“GET for Youth”), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dois em cada três desses jovens são mulheres.

Sim, esse perfil nos parecia assustador. O desespero após o ensino médio e a vontade de ingressar em uma universidade nos levava a acreditar que esse era o pior lugar a se ocupar. Afinal, em uma sociedade ocidental capitalista, o sucesso sempre esteve ligado à produtividade. Hoje, é interessante pensar que muito se falava sobre os jovens nessa situação, mas ninguém havia comentado sobre como também era complicado estar do outro lado da moeda: o jovem que estuda e trabalha, ao mesmo tempo.

Muitos argumentam que alguns cursos são mais difíceis que outros, e que os últimos semestres são de maior estresse para o aluno. Mas a verdade é que não são apenas esses fatores que geram obstáculos no caminho do estudante. Precisar trabalhar e estudar é uma tarefa duplamente complicada. Entrar no ensino superior não é fácil, e permanecer menos ainda, quando a universidade não foi construída para você.

“O que ocorre é que a universidade pensa em um arquétipo de aluno padrão”, pontua o professor Dennis, que conhecemos lá no primeiro capítulo. “Aquele aluno que pode ficar o dia todo no campus, que sabe ler um texto em inglês, francês e espanhol, que tem condições de ir à biblioteca ficar estudando. Ela pensa nesse tipo de aluno”.

Com a transformação que a ‘Lei de Cotas’ trouxe ao ensino superior, e a presença de uma pluralidade de estudantes nas salas de aula, se começa um embate: toda a preparação pedagógica da universidade, o grau de exigência dos professores e os métodos de avaliação são baseados em um perfil de aluno que, hoje, não é mais o único.

“Então percebemos que as matrizes curriculares e todas as estruturas da universidade são pensadas em um tipo exclusivo de um aluno, que é branco e de classe média, e esse pensamento único que é o problema, né? Não se pensa também no trabalhador, no aluno da periferia”, complementa o professor. Segundo ele, embora atualmente existam as cotas

raciais e sociais, a forma de atender os estudantes na universidade ainda é muito excludente com os que entram por esses meios.

É para enfrentar essa disparidade que são criadas as políticas de permanência dentro das universidades. De acordo com Vitor Matos, doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em Políticas Públicas em Direitos Humanos, essas políticas não são apenas importantes, mas essenciais.

“Se a gente vai garantir o direito de entrada desses alunos, a gente precisa garantir que essa entrada se configure no objetivo final”, explica Vitor, que também é membro das Comissões de Heteroidentificação da UFRJ. “Então, se eu te garanto a entrada, mas não garanto que você permaneça e cumpra o objetivo de se formar, na verdade eu não estou te dando direitos, eu estou maquiando uma falta”.

Políticas de permanência são todas as ferramentas que ajudam o estudante a permanecer na graduação. Dentro da Unesp de Bauru, as principais políticas são os auxílios socioeconômicos, que dão apoio financeiro para o estudante durante a graduação, a moradia estudantil, destinada à permanência do estudante, o subsídio alimentação, com finalidade de ajudar nas despesas de alimentação do aluno, e o Restaurante Universitário (RU), onde são oferecidas refeições aos discentes no almoço e no jantar, atualmente no valor de 2,50.

Dos estudantes entrevistados para esse trabalho, apenas uma fez uso do auxílio socioeconômico da universidade, a Letícia, em 2024. Lucas e Pedro tentaram recorrer ao uso, mas não se encaixavam no perfil burocrático que era necessário. O pai de Pedro, por ser autônomo, não tinha um valor fixo de renda, o que dificultava a documentação do processo, como relata o estudante.

Já Lucas conta que, em 2019, para fazer uso da bolsa, ele não poderia ter um contrato de emprego CLT, o que possuía na época. O jovem

preferiu seguir com seu emprego, ao invés de se arriscar e esperar pelo auxílio. “Não era a mesma modalidade de hoje em dia. Eu lembro que não tinha conseguido por conta da questão de que não podia ser CLT, algo assim. Mas eu precisava trabalhar porque naquele momento era tudo que eu tinha, não podia dar esse tiro no escuro e esperar”, recorda o menino.

Todos os unespianos conheciam o restaurante universitário, mas relataram diversos obstáculos para adquirir e consumir as refeições, seja por conta das grandes filas ou dos horários de funcionamento. “O RU, eu não sei como está hoje, mas era igual aos Jogos Vorazes”, brincou Estefani. Rindo, a menina se lembrou das dificuldades que enfrentava para conseguir as refeições, lá em 2014. “Eu e meus amigos fazíamos esquema para tentar pegar, mas era sem condições”.

Os anos se passaram e a situação não mudou muito. Em 2024, Felipe também usufrui do RU, mas confessa que a fila grande, às vezes, o desmotivava a comer na universidade. Apesar da grande luta para conseguir garantir seu prato, as refeições subsidiadas ajudam financeiramente o estudante, que pode economizar em pelo menos uma parte da alimentação. “É extremamente barato, né? Uma refeição a mais que você deixa de consumir em casa é um gasto que, se eu for ver no fim do mês, faz uma diferença e tanto”, pontua.

As rendas que os estudantes tiveram durante a graduação variou. Alguns tinham ajuda dos pais, outros dependiam apenas de si. Cinco dos seis entrevistados precisaram trabalhar durante a graduação. O único que não teve um emprego durante o curso foi Pedro, que apontou a dificuldade de conseguir um estágio em sua área, artes visuais, em 2014.

Para entender melhor como pode ser desafiador trabalhar e estudar ao mesmo tempo durante a graduação, as histórias de Letícia e Lucas elucidam bem esse processo. A história de Letícia, entre todas, foi a que mais me marcou. Começamos, então, por ela.

COM UMA PERDA INESPERADA, A AJUDA VEIO DE FORA



A jovem são-vicentina não é filha única. Além dela, seus pais têm três filhos mais novos, que são menores de idade e dependem financeiramente deles. Ficaria apertado para os pais terem que lidar com as despesas em São Vicente e em Bauru, ao mesmo tempo. Por conta disso, foi a avó de Leticia que incentivou a menina a se mudar, garantindo que iria lhe ajudar com as despesas na nova cidade.

“Minha avó sempre falava: ‘ah Leticia, com certeza eu vou te ajudar, filha. Fica tranquila, quando você precisar ir para algum lugar, eu te ajudo com isso”, lembra a menina. Os planos da vida, porém, nem sempre são os mesmos que os nossos. No começo de 2024, enquanto aguardava o resultado dos vestibulares, a avó de Leticia ficou doente e acabou falecendo.

“A minha avó faleceu no começo desse ano e foi bem puxada. Com isso, teve o corte do que ela recebia como pensionista. Ela recebia pouco, mas com esse pouco ela já ia me ajudar”, lembra a jovem. Além disso,

a doença que acarretou a morte da senhora também levou a algumas despesas para a família, com custo de cirurgias e medicamentos. “Eles [meus pais] gastaram muito, então a gente tava realmente quase sem nenhum dinheiro”.

Com isso, Letícia teve que redirecionar a rota. Logo começou uma vaquinha no Instagram, contando sua história e pedindo ajuda para arrecadar dinheiro suficiente para poder fazer a sua mudança.

“Eu vim para cá na sorte, sendo sincera. Eu divulguei, as pessoas começaram a me ajudar e eu pude ficar, com o valor arrecadado, um mês aqui. E aí, nesse primeiro mês, eu percebi que teria que procurar algum emprego”, conta a menina.

Letícia decidiu que recorreria ao uso dos auxílios que a Unesp oferece, mas já sabia que o processo poderia ser longo e a menina não poderia esperar. “Somente preencher os documentos já demoraria muito, e depois tem a avaliação... São tantos processos que a gente sabe que ele [auxílio] normalmente demora. Se as aulas começam em fevereiro, você que precisa muito, é impossível. Você não vai conseguir logo de cara, mesmo que esteja numa situação emergencial”, desabafa.

Por conta disso, logo no primeiro mês em Bauru a menina se candidatou e entrou em um jovem aprendiz. Atualmente, no segundo semestre da faculdade, a menina conta com o salário e o auxílio que, finalmente, chegou. “Mas enquanto não tinha o auxílio, era só realmente o meu trabalho, e eu não recebo nem um salário mínimo. Foi muito difícil, mas eu não queria dificultar a vida dos meus pais”, conta a menina, que se mantém sozinha desde quando começaram as aulas. “Eu tô aqui por mim mesma, sendo sincera”.

E além do estresse financeiro, dividir a atenção entre o trabalho, os estudos e a vida pessoal não é uma tarefa fácil para ela. “A universidade, ela toma muito tempo, e eu acho que a gente sempre quer tentar fazer as

coisas com a maior dedicação possível. Quando a gente tem que dividir essa dedicação é difícil, ainda mais com algo que é tão sério, como um emprego”, comenta.

Leticia trabalha seis horas por dia, entrando às 8h da manhã e saindo às 14h da tarde. Além de não poder fazer outras atividades nesse horário, ela sente o cansaço e a sobrecarga de lidar com toda a rotina. “E eu estou no primeiro ano, que é um ano de muitas adaptações. No meu caso, é uma cidade que eu não conhecia e isso também dificulta”, comenta a menina.

Dividir o seu tempo entre as diversas obrigações é ainda mais pesado, segundo Leticia, pois ela sabe que a graduação não vai deixar de cobrar o seu melhor desempenho. “Os professores vão continuar passando as atividades, e você tem que se programar para fazer parte de projetos de extensão... Minha cabeça tá sempre uma loucura, e o final do semestre passado foi muito cansativo”.

Ao se comparar com o restante da turma, porém, a percepção dos outros estudantes foi completamente diferente. No final do primeiro semestre, quando os professores de jornalismo perguntaram para a classe como havia sido a experiência de cada um, a grande maioria descreveu o período letivo como tranquilo e leve. “E eu ficava me perguntando ‘Como assim foi tranquilo?’ Como assim foi bem de boa? Em que mundo eu estou que é tão mais difícil para mim?”, perguntava a menina.



COM TRABALHO, FALTA TEMPO PARA OS ESTUDOS



Quem compartilhou da mesma dificuldade foi Lucas, que trabalhava desde antes de ingressar na universidade. Como Letícia, o graduado em Relações Públicas também dependia apenas dele mesmo para se manter financeiramente. Por conta disso, no primeiro ano da graduação o menino continuou em sua cidade, Jaú, antes de se mudar para Bauru. Lucas ia com uma van para as aulas, e o tempo de deslocamento também contribuía para o seu esgotamento.

“Eu precisei trabalhar, entrei como jovem aprendiz na época. Eu chegava às 16h em casa, a Van passava 17h. Então eu levava uma marmita para Unesp”, relembra. Essa rotina, para Lucas, era muito cansativa, e não o permitia se dedicar completamente aos estudos. “Aquilo não me deixava estudar o tanto que eu queria. Você tinha bastante essa ques-

tão de os professores incentivar a leitura antes da aula, e sempre achei muito válido, mas tinha momentos que eu chegava na van e dormia, só acordava quando estava na Unesp. Eu não conseguia fazer mais nada pelo cansaço”, recorda.

Aos finais de semana, precisava escolher entre descansar, ter uma vida social, ou apenas se dedicar aos estudos. Não conseguia, por fim, fazer nenhum dos três com a qualidade e tempo que precisava. “Nessa época, por conta disso tudo, eu sentia um desequilíbrio muito grande. Nenhum ambiente da minha vida estava indo muito bem”, conta o menino que, por conta dessa percepção, decidiu que iria procurar um novo emprego e se mudar, de vez, para Bauru.

Ainda em novembro, no final do primeiro ano de sua graduação, Lucas conseguiu um estágio em uma empresa de telecomunicações em Bauru, onde trabalhava avaliando operações telefônicas e recebia uma bolsa de 700 reais, além de um vale-refeição de 150 reais. Com isso, começou a morar e se bancar na cidade onde estudava. “Eu era uma pessoa que dependia apenas de recursos próprios. Eu não tinha mais nada, era eu por eu mesmo”, conta.

Lucas sabia que a situação econômica de seus pais era bem complicada. Apesar disso, quando o jovem ia visitar a família, todos tentavam ajudar da forma que podiam. “Meu tio, por exemplo, era feirante, então às vezes eu pegava alimentos com ele”, cita.

Apesar da rotina corrida, Lucas conseguia acompanhar as aulas, principalmente por conta da ajuda de colegas de classe. “Na minha sala, todo mundo se ajudava de certo modo, principalmente com questões de matérias e estudos”, conta o menino. Se precisava faltar, por exemplo, alguém tirava foto da lousa, ou mandava alguma coisa que havia escrito em aula, e para o menino nunca faltava um apoio, nesse sentido.

Essa ajuda é essencial para aqueles em que trabalhar não é ape-

nas uma opção, mas sim uma necessidade, e a garantia que poderão continuar na graduação. Felipe, que está cursando Relações Públicas, ficou guardando dinheiro por algum tempo antes de vir a Bauru. Em seu antigo emprego, conseguiu fazer um acordo com o seu chefe para ser demitido, e ganhar um seguro-desemprego, que hoje ele usa como reserva financeira.

Apesar da quantia ser suficiente para o jovem se manter temporariamente na cidade, logo Felipe começou um estágio para conseguir pagar suas contas enquanto estuda. “Esse estágio é para eu não precisar utilizar a reserva, entende? Porque assim, não importa quanto dinheiro você tem, quando você vem de uma situação econômica ruim, sempre se preocupa que, a qualquer momento, vai acontecer alguma coisa e você vai precisar de dinheiro. Então, enquanto eu não precisar mexer na minha reserva, está tudo certo”.



POCO

TASHA
&
TRACIE

“

**É, EU ENTENDO
PREFERE ACREDITAR
QUE FOI ALIEN DO
QUE UM PRETO
TIRA AUTOESTIMA
NÃO ME AMO, SE
NÃO ME VEJO**

”

EPISTEMICÍDIO

Quando me perguntam em qual graduação estou me formando, e respondo que faço Jornalismo, é muito comum - clichê, até - que digam que serei a próxima Glória Maria, ou Maju Coutinho. É fácil de entender a comparação: três mulheres negras que se arriscaram no mundo do Jornalismo e da Comunicação. De forma alguma vejo esse tipo de comentário como uma ofensa. Pelo contrário, os dois nomes são, para mim, uma grande referência.

É difícil, enquanto pessoa negra, se formar em qualquer curso quando faltam pessoas pretas de grande sucesso e renome naquele ramo. Como saber que é possível chegar lá, quando as portas parecem estar todas fechadas para alguém como você? A representatividade não apenas importa, como é essencial para conseguir se enxergar dentro da futura profissão. Sim, eu sei que posso ser uma jornalista de sucesso. Afinal, outras mulheres negras conquistaram esse espaço antes de mim, e abriram portas para diversas gerações após elas.

Dessa forma, a falta de referências negras, dentro e fora da sala de aula, impactam diretamente a experiência de estudantes negros. Ao abrir a bibliografia de uma disciplina, é importante que esses discentes vejam, entre os principais autores e profissionais de sua área, pessoas iguais a eles. Mas costuma ser raro a presença de conhecimento fora do ramo branco e euro centrado. Isso é o que chamamos de epistêmico.

“Existem muitos cursos extremamente conservadores, que epistemologicamente não consideram os autores e teóricos pretos e pretas como fundamentais ou básicos nas suas disciplinas, na sua organização teórica”, explica a professora Patrícia.

E a consequência desse fenômeno é muito grande. “A epistemologia que existe na universidade desconsidera o conhecimento do continente mais antigo do mundo. E esse desconsiderar é em todos os sentidos: nos estudos climáticos, na sustentabilidade, na base filosófica e sociopolítica, nas relações culturais, na formação científica, e por aí vai”, exemplifica.

Essa matriz curricular influencia no próprio autorreconhecimento do discente e na sua forma de vivenciar o mundo. Vitor Matos, doutorando da UFRJ (apresentado inicialmente no Capítulo 5), aponta que isso afeta diretamente na subjetividade dos alunos negros, porque todo mundo que é considerado importante dentro dos cursos, todo mundo que é um paradigma de intelectualidade, são pessoas brancas.

“E então você tem uma certa dificuldade de se enxergar nesse lugar de intelectual, de pessoa capaz de produzir algo relevante para a humanidade, porque parece que todos os que produziram coisas relevantes são pessoas diferentes de você. Há uma questão de representatividade, também”, aponta.

As vagas afirmativas mudam essa perspectiva, uma vez que a entrada de alunos pretos, pardos e indígenas trazem novas formas de enxergar o mundo dentro da academia. Para Gislene Aparecida dos Santos, livre do-

cente pela USP, especializada em Epistemologia da Psicologia e da Psicanálise pela Unicamp e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas das Políticas Públicas para a Inclusão Social (GEPPIS), a diversidade de conhecimento dentro do ensino superior vem sendo transformada, e para melhor.

“Se nós pensarmos em termos de produção de conhecimento dentro das academias, é importante haver pessoas de todos os grupos sociais. Eu considero que as academias ganham enquanto mais diversas elas forem, então é essencial ter pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas trans e de todos os grupos LGBTQIAPN+”, observa.

A diversidade assegura, dessa forma, um conhecimento mais plural nas universidades e nas pesquisas por ela produzidas. “Porque agora são vários olhares e várias perspectivas discutindo os fenômenos sociais. Então, ao invés de ter uma mesma matriz teórica, filosófica e metodológica, isso permite que todas as áreas do conhecimento sejam abordadas a partir de diferentes enfoques, olhares e contribuições”, completa Gislene.

E isso, de certa forma, auxilia nas lutas contra a desigualdade social. Apesar da pesquisa e da academia não serem o ponto de partida das lutas sociais, elas têm um papel importante de estudar e compreender a ação política e os movimentos sociais. “A luta contra a desigualdade social, por parte da academia, significa a construção de conhecimentos, com a missão de investigar e de pensar a partir de tudo que há no mundo”.

A entrada de cada estudante negro pode ser um passo a mais para uma universidade mais epistemologicamente diversa. Mas conquistar essa pluralidade não é fácil, e muito menos depende apenas dos docentes. Conversando com os unespianos, a maioria relatou uma falta de referências bibliográficas e pensadores negros em sua graduação. Desde 2014 essa ausência é sentida pelos alunos, e hoje em dia a situação ainda não mudou expressivamente.

Neste capítulo, apresento a situação em três épocas diferentes,

com alunos que passaram pela UNESP desde o primeiro ano da aplicação das vagas até hoje, para entender que o epistêmico continua um problema nas salas de aula.

UM CURSO ANTIGO E SEM REPRESENTATIVIDADE

De acordo com Pedro, que estudou artes visuais, essa falta já era um assunto debatido na sua trajetória pela Unesp, lá em 2014. “Isso era uma briga que existia na minha época, porque nesses cursos muito voltados ao aspecto cultural, a cultura é colocada por um referencial europeu”, aponta. O estudante percebia que as matrizes do curso seguiam um itinerário parecido com as aulas tradicionais de história dos currículos do ensino nacional brasileiro. “Então a gente via a história da arte brasileira e a história da arte no mundo, mas o mundo, basicamente, era a Europa”, lembra.

Pedro percebia, porém, uma tentativa, mesmo que tímida, dos professores de incluírem outras bibliografias em suas aulas. “Para o final

do curso, os professores já estavam mais interessados e promovendo uma busca por outros referenciais, tanto nas aulas de história da arte brasileira, como na antropologia e na sociologia. Estavam levando, por exemplo, algumas referências de povos indígenas do Brasil, e outras em relação ao continente africano”, relembra o jovem.

Apesar disso, era claro, para o estudante na época, a falta de domínio que os docentes possuíam dessas áreas do conhecimento que, apesar de não serem novas, eram novidade dentro da academia. “Os professores se viam, de um certo modo, de mãos atadas, sem saber como trabalhar esse material”, explica.

Por conta disso, o jovem rememora que já se viu em situações constrangedoras, e até mesmo cômicas, dentro da universidade. Em uma certa aula, distraído enquanto ouvia a respeito da história da arte dos povos Afro-diaspóricos, um professor virou em sua direção, falando: “Pedro, você pode falar um pouco para a gente da cultura afro-brasileira?”.

“E eu ficava tipo ‘cara, eu recebi a mesmíssima educação que você, também não tenho essas referências!”, conta o menino, rindo da situação. Hoje, apesar de se lembrar da cena de forma engraçada, Pedro conta que, na época, se via obrigado a correr por conta própria, pois acabava por virar o que ele descreve como uma “espécie de farol”, ou seja, um ponto de referência para as pessoas querendo saber a respeito de assuntos que envolviam pessoas negras. E ele, mesmo como estudante, precisava assumir esse papel, também, de educador.

Quando perguntado se teve algum docente negro durante a graduação, Pedro se pegou pensando por alguns instantes antes de responder. “Eram tão poucos que precisei pensar”, desabafa. “Mas deve ter sido três, ou dois, talvez. Dá para contar nos dedos de uma mão”.



OS ANOS SE PASSARAM, MAS O CURRÍCULO NÃO

Luisa, que chegou na Unesp 5 anos após Pedro, teve uma experiência bem semelhante. Enquanto o curso de Pedro é mais tradicional e antigo, existindo a mais de duzentos anos no ensino superior, se tornando um dos mais antigos do Brasil, o curso de Relações Públicas, no qual a jovem se graduou, é bem mais recente. Foi somente em 1967 que a profissão foi regulamentada no país, pela Lei nº 5.377.

Apesar disso, ambos têm, em comum, a frequente ausência de teóricos negros dentro das referências bibliográficas nas universidades. Na produção do seu Trabalho de Conclusão de Curso, Luisa ia atrás de pesquisadores negros para se referenciar, mas a falta era muito sentida pela aluna. “Não tinha, eu não conseguia encontrar, não achava. Era uma coisa absurda. O que a gente queria era muito específico, a gente buscava conceitos de comunicação, mas em um recorte muito específico, que era entre pessoas pretas”, conta a jovem, que desabafa não ter achado nem metade do conteúdo que gostaria para sua pesquisa.

Dentro da sala de aula, não eram todos os professores que buscavam debater esse problema. Mas os poucos que tentaram, marcaram a

estudante. Luisa se recorda de uma docente que desafiou os alunos a refletirem sobre a desigualdade dentro da academia, propondo um trabalho diferente. Nessa atividade, a sala era dividida em grupos, mas cada equipe tinha um recorte de referências e pesquisadores que poderia usar na pesquisa.

Por exemplo, enquanto um grupo de alunos poderia referenciar apenas homens brancos com mais de 50 anos, a outra parte da turma limitava suas pesquisas a mulheres negras, ou pesquisadores indígenas. Apesar de terem o mesmo ensino e as mesmas ferramentas, os alunos entregavam, por fim, trabalhos completamente diferentes.

“E então um grupo acabava com um trabalho muito forte, todo estruturado, enquanto outro grupo não tinha. E eu ficava pensando ‘gente, como pode? Isso até me emociona”, relata a menina, com lágrimas nos olhos, enquanto pensava na atividade.

O trabalho, para Luisa, tinha uma mensagem principal: que a meritocracia não funciona. “E quando a gente via isso acontecendo na nossa frente era muito forte. Porque, dentro da minha sala, todo mundo estava no mesmo patamar. Então quando eu conseguia fazer um trabalho que outra pessoa não conseguia fazer só por uma vírgula de diferença, você enxerga que não é uma bobagem”, desabafa a menina. Mudar todo esse sistema, e acabar com as disparidades, é muito difícil. E perceber isso, conta a menina, trazia uma revolta em todos de sua sala.

E se Pedro podia contar em uma mão a quantidade de professores negros que teve na graduação, Luisa consegue contar em um dedo. Apenas uma professora, durante toda a graduação, era, assim como ela, negra. A realidade relatada pelos alunos reflete no perfil da maioria dos docentes do Brasil. Atualmente, em torno de 58 mil professores de instituições de ensino superior são negros. O número mais que triplica de tamanho em relação à docentes brancos, que hoje são mais de 176 mil.

A SITUAÇÃO MELHORA, MAS CONTINUA LONGE DO IDEAL

Uma década se passa desde o início da aplicação de vagas afirmativas na Unesp, e o cenário, aos poucos, vai mudando. Letícia, que em 2024 começou a cursar Jornalismo, relatou vivências um pouco diferentes, mas percebe que a luta está longe de acabar. “Eu acho que ainda falta muito, sinto que falta uma diversidade dos autores, especialmente autores negros. Eu ouvi de alguns professores, mas é pouco comparado a quantidade de fontes, historiadores e pesquisadores que já são hegemônicos”, relata a jovem.

Dentro das discussões em sala, Letícia entende a importância de se estudar o jornalismo tradicional, mas também sente a necessidade de entender novas perspectivas e novos olhares em sua área. Uma das suas professoras passou um trabalho que a menina destaca como importante, onde cada semana um grupo traria um seminário sobre um tipo independente de jornalismo, como imprensa LGBTQIAPN+, imprensa negra, e outros enfoques importantes.

“Foi um momento para estudar algo diferente. É uma forma, eu acho, de tentar driblar o fato de não ter ainda uma mudança gigante na nossa área”, reflete. Apesar da disposição da docente, a menina conta que percebe, por parte da sua sala, um desinteresse grande em discussões sociais, especialmente quando se fala em racismo e disparidade racial.

“Acredito que isso também seja uma questão de representatividade. É

uma sala de 45 pessoas e, se eu não me engano, apenas oito são pretas. E não são todas que se reconhecem dessa forma”, conta Leticia. Quando algum professor levanta assuntos sobre desigualdade racial, apenas ela, e mais dois jovens negros, engajam no assunto.

“E não há debate, não há discussão, quando são apenas três pessoas” desabafa a menina, que se sente desapontada com a sala, nesse quesito. “Depois que nós três falávamos, o debate acabava, porque ninguém mais tinha a curiosidade de pensar, de discutir. Eu sinto uma falta de vontade de querer aprender sobre aquilo. Por ser uma sala majoritariamente branca, não pensam e não problematizam isso [racismo]. Então, se não é um problema, para eles está tudo certo”.

A interação da sala muda, às vezes, quando o tema sai da desigualdade racial. “Quando entrava, por exemplo, na pauta de gênero, já mudava um pouquinho. Porque tem mais mulheres, a sala é meio a meio. Mas são mulheres brancas, então elas vão falar sobre essa ótica”, ressalta a estudante.

Mas se por um lado isso deixa Leticia triste, ao mesmo tempo ela acredita que esse desinteresse da sala e da graduação lhe traz força e potência. Se o assunto não está sendo debatido, pensa ela, então o que eu posso fazer para proporcionar esse debate?

“Não dá para a gente ficar só na tristeza, porque assim não conseguimos alcançar o que a gente precisa. Então eu vou atrás, vou tentar mudar esse cenário. Pode ser que hoje não tenha essas referências, mas pode ter para os próximos alunos negros, para uma nova geração de estudante”, ressalta a jovem. E graças a alunos como Leticia, quem sabe, os próximos jornalistas, quando entrarem no primeiro ano, podem ter uma experiência diferente dentro do ensino superior.

“Porque toda caminhada contribui, e de pouquinho em pouquinho a gente vai conquistando mais espaço, mais lugares”, afirma a menina. Que continuemos, então, dando pequenos passos para grandes mudanças.

O MUNDO É NOSSO

DJONGA PART. BK

”

**COMO FOSSE UM BLACKOUT,
CÊ VÊ TUDO PRETO
SÃO MEUS MANOS, MINHAS MINAS
MEUS IRMÃOS, MINHAS IRMÃS**

”



A RELAÇÃO COM OUTROS ALUNOS

Na Unesp, a presença de alunos de diversos lugares do Brasil é bastante comum, como mostrei no primeiro capítulo deste livro. Nos anos que passei pelo campus, já conheci pessoas do nordeste ao sul do Brasil, e até mesmo de outros países.

Sei que sair da casa dos pais, e se aventurar em uma nova cidade, é uma jornada que, além de difícil, também pode ser bem solitária. Para alunos negros, então, essa situação se agrava.

Ao mesmo tempo, a pluralidade de realidades que enchem as salas de aula é uma oportunidade de troca muito grande. “Conviver com pessoas diferentes, no meu ponto de vista, é o que assegura que os preconceitos sejam desafiados, políticas antirracistas sejam construídas e a discriminação, cada vez mais, deixa de ser uma prática aceita”, aponta Gislene, professora da USP (Capítulo 6).

O racismo, é claro, não acaba com a entrada de pessoas negras na universidade. Mas essa presença trazida pelas vagas afirmativas pode, e consegue, trazer um movimento para dentro das salas de aula que até então não existia no ensino superior e nos discentes. A única forma de cada um perceber seus próprios preconceitos é convivendo com quem é diferente de si.

“Afiml, eu não tenho como entender o preconceito, e não tenho como compreender se estou sendo racista ou não, olhando somente para pessoas que são iguais a mim, vivendo em um espaço que todo mundo é igual e pensa da mesma forma”, pontua a doutora. Um convívio múltiplo e plural é, então, essencial para se abrir para o mundo e compreender as diferenças. A professora completa: “Algumas pessoas serão sempre preconceituosas e racistas, mas aquelas que podem mudar e que querem mudar, serão mudadas”.



COM UMA REDE DE APOIO, TUDO FICA MAIS FÁCIL



Quem pôde presenciar esse fenômeno foi Lucas. O menino conta que foi por meio dele que muitos de seus colegas brancos tiveram, pela primeira vez, um contato próximo e uma amizade com uma pessoa negra. Eu percebi que alguns amigos brancos começaram a ter mais contato com essa questão da racialidade, porque alguns nunca tinham tido uma amizade com uma pessoa negra e era diferente, né?”, lembra.

Ao começarem a conviver com Lucas, muitos aprenderam também sobre desigualdade racial e como ela afeta a vivência de pessoas pretas, ao presenciarem no dia a dia com o amigo. “Para eles ainda era uma coisa muito esquisita. Uma das primeiras vezes que peguei um Uber em Bauru, lembro que o motorista fez comentários muito racistas, falando sobre imigrantes angolanos e senegalês que vinham para a cidade. E os meus amigos não gostaram, eles ficaram ‘cara, o que foi isso? A gente não tá entendendo”.

Esse choque de realidade levou os jovens a se engajarem em questões raciais e começarem a buscar mudança em seu entorno, ao verem que o amigo ficava desconfortável e se incomodarem com isso. “Eles não fingiam que não ouviam esses comentários racistas, sabe? Eu, de certa forma, comecei a puxar eles indiretamente para esse movimento também”, relembra o menino.

“Então eu fui criando essa rede de apoio, até mesmo com pessoas brancas. E depois veio o coletivo Kimpa, e outras pessoas, como meus veteranos de Relações Públicas, que conseguiram também me dar esse respaldo em vários ambientes, de forma que eu pudesse me reconhecer e ter um certo apoio”, pontua o jovem.

O coletivo Kimpa, citado por Lucas, é o coletivo de estudantes negros da Unesp de Bauru, que surgiu no fim de 2014. O coletivo foi criado por discentes como um ponto de acolhimento, mas também para ser uma estrutura política, lutando por legitimar temas de discussões do movimento negro na universidade.

Graças a esse apoio, ele pôde se fortalecer e lidar com situações cotidianas do racismo, sofridas durante os anos que viveu em Bauru. “Eu sempre tive muito medo da recriminação nos ambientes que passava, e isso foi um choque quando entrei na Unesp, porque na minha cidade tinha, mas em Bauru eu sentia que era pior”, conta o menino, que diz ter percebido diferença na forma como era enxergado e abordado pela polícia.

“Eu via que a polícia me olhava de um jeito meio estranho, e não era devido à minha vestimenta, nem nada do tipo que as pessoas colocam culpa, mas era no sentido de ter abordagens que eu achava um pouco truculentas”, ressalta o menino. Lucas não é o único. Um levantamento do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) aponta que pessoas negras têm quatro vezes mais chances de serem abordadas pela

polícia, em relação à população branca. Além disso, quase 90% dos entrevistados negros relataram que, durante a abordagem, sofreram algum tipo de violência física, verbal ou psicológica.

Além disso, Lucas conta que no próprio condomínio em que morava, seus vizinhos o olhavam como se o jovem não pertencesse àquele lugar. “Então eu acho que ter tido essa rede de apoio na universidade me ajudou a não fritar a cabeça, e eu pude ficar com um pouco mais de sanidade ali em Bauru, principalmente nesse momento de pressão”, lembra o menino, que mostra ser grato a todos os colegas de classe e do coletivo que o apoiaram nessa fase.

UMA RECEPÇÃO QUE NUNCA FOI ESQUECIDA



Quem também teve uma recepção boa e acolhedora em Bauru foi Luisa, ela estudou no mesmo ano e turma que Lucas. A menina, ao ser perguntada sobre sua relação com outros colegas de curso, logo se recordou, contente, de uma situação que passou nos seus dias iniciais na cidade.

Na primeira semana de sua chegada na Unesp, a menina foi sur-

preendida por um convite. Uma colega, de quem ainda não era tão próxima, a chamou de canto dizendo que, no dia seguinte, haveria uma feijoada em uma república, e que contavam com a sua presença. Não havia divulgação do evento em lugar nenhum, “era uma coisa muito na surdina”, relembra a jovem, que não estava entendendo muito sobre a reunião, mas compareceu mesmo assim.

Era domingo, e cada convidado precisava levar um tipo de comida ou bebida que completaria a refeição. Quando chegou para o almoço, a menina olhou ao redor e percebeu, porém, algo que chamou sua atenção. “Todo mundo começou a chegar e eu fiquei pensando ‘tem uma coisa diferente aqui’”. E tinha mesmo. Naquela tarde, apenas estudantes negros estavam reunidos para celebrar o início do ano letivo.

“Se eu olhava em volta, só tinha gente preta e parda. Então eu entendi o porquê da surdina, porque me chamaram e não chamaram outras pessoas que estavam junto comigo. E essa foi minha primeira recepção”, relembra Luisa. Naquele almoço, que ficou conhecido como “feijoada da resistência”, ela percebeu: estava em família.

“Era uma tentativa de se manter em uma família. Então tinha gente cozinhando, tinha gente colocando música, e então a gente sentava para jogar um jogo juntos. E eu fiquei pensando ‘caraca, eu estou em um evento familiar mesmo’. Não era um rolê, nada nesse sentido, era um almoço”, conta a jovem, que diz lembrar com carinho do acontecimento.

Luisa percebe que essa tarde teve um grande impacto em sua experiência na universidade. Por começar a estagiar muito cedo, a jovem não conseguiu participar efetivamente de nenhum coletivo ou movimento estudantil na universidade. Nessa tarde, porém, conseguiu experienciar o que era fazer parte de um grupo, de uma comunidade.

ENTRE OS SEUS, A GENTE SE SENTE EM CASA



Esse sentimento de pertencimento é importante para um dia a dia mais leve. Letícia comenta que, desde que chegou na Unesp, tem se aproximado principalmente de outras pessoas negras. “O pessoal, assim, que consegui me fortalecer são outros pretos”, conta a jovem. Para ela, é atual existir uma divisão baseada em vivências mais parecidas ou diferentes da sua.

Apesar disso, a jovem percebe um bom convívio com outras pessoas da sua sala e curso. “Apesar de eles não terem essa questão dessa militância [negra], eu conversei com todos e consegui me sentir bem acolhida. Acredito que foi uma sala que me recepcionou muito bem”, pontua. Essa proximidade, Letícia acredita, ocorre porque todos compartilham o medo, a amenidade e a euforia de estar vindo de lugares diferentes, mudando de cidade e, muitas vezes, vivenciando morar sozinho pela primeira vez.

“Essa mistura de lugares é uma contribuição gigantesca. Acho que isso é um ponto muito forte. São pessoas de diversos lugares daqui do Brasil, tanto de São Paulo quanto de outros estados. Na minha sala

tem pessoas de Minas Gerais, do Espírito Santo, Rio de Janeiro, e isso faz com que você possa ter também outras trocas”, ressalta a menina.

A sala, por fim, se une, tentando encontrar um no outro uma forma de escapar da insegurança e da estranheza que é estar construindo uma nova vida. “Nessa insegurança acabamos criando um espaço de acolhimento, para que a gente possa se sentir um pouco menos vulnerável, se sentir mais acolhido um com o outro”.

Nessa busca por acolhimento, a jovem conta que encontrou o Kimbala, grupo de eventos destinado ao público preto e periférico da cidade de Bauru. Letícia, assim como a maioria dos entrevistados, conta não ser muito chegado a festas universitárias. Além de estudar Jornalismo, a menina se formou em um curso técnico em eventos, e percebe uma falta de estruturas em festas que geralmente ocorrem em repúblicas¹⁵, ou são por elas organizadas.

A jovem, porém, confessa que adora curtir um rolê organizado pelo grupo. “O Kimbala, para mim, é o melhor que temos. Eu não sei, mas esse tipo de rolê é um rolê muito mais gostoso. Não sei se é porque me identifico com isso, ou se é pelo entrosamento. Mas eu já fui em várias festas de república, e eu não sentia a mesma conexão”.

Se conectar, para Letícia, é o que a faz se sentir bem, sentir que é parte de algo muito maior. “E a percepção que eu tenho é que, quando eu estou nas reps*, estou com outras pessoas e universitários, mas quando estou lá [nas festas do Kimbala], estou com outros irmãos e amigos. E eu nem sei quem são essas pessoas, mas naquele momento a gente se junta, se anima e dança”.

¹⁵ As repúblicas são moradias compartilhadas por estudantes universitários, que se responsabilizam de forma autônoma a cuidarem da casa e das despesas, sem uma ligação direta com a universidade, como é o caso das moradias estudantis, por exemplo.

Ao chegar nessas festas e ver outros pretos juntos, rindo, brincando e dançando, Letícia compreende, por fim, que não era a única que precisava de um ambiente assim. Que se sentir deslocado, entre outros universitários, não é normal. Que ela pode, sim, vivenciar algo bem mais agradável. E estar com os seus, com os nossos, é a melhor forma de se fortalecer.

A IMPORTÂNCIA DE SER VISTO



Estefani, em 2014, também percebeu esse movimento natural de se aproximar de outras pessoas que compartilhavam uma vivência parecida com a sua. A menina conta que, dentro da sua sala de aula, ficou mais próxima de outros estudantes que entraram por meio das vagas afirmativas e tinham realidades próximas às dela.

Um dos fatores que os unia era que os jovens não conseguiam, por questões financeiras, acompanhar o resto da sala em todos os eventos e festas que aconteciam. “Tinha o pessoal que ia em festas, de domingo a domingo. Só que assim, para você ir em uma festa, por mais que seja apenas 5 reais, eram 5 reais que você tinha que ter todos os dias. É uma coisa que a gente não tinha, entendeu?”.

De recusa em recusa, o grupo de Estefani foi apelidado, por outros de sua turma, como “Limbo”. O termo, sinônimo de margem ou borda, também definido como um estado de indefinição, foi designado para os discentes de forma escondida. “E eles achavam que a gente não sabia. Eu lembro que quando a gente estava tirando as fotos da formatura, eu postei uma foto do nosso grupinho e escrevi algo como ‘o limbo está gótico’, porque tava todo mundo de preto, e foi uma comoção da turma que ficou ‘meu deus, eles sabem que a gente chama eles de limbo’, relembra a jovem.

Além disso, a menina percebe hoje que as pessoas da sua sala a enxergavam como diferente, e quase como uma atração, que ela denomina como “macaquinha de circo”. “Hoje em dia me incomoda muito e eu não sei dizer onde começou, mas eu vejo uns traços na faculdade. Por exemplo, quando as pessoas tinham esse contato com uma realidade diferente, ficavam pedindo para eu contar detalhes, compartilhar”, relembra.

Para Estefani, é quase como se quisessem se aproveitar da sua história e se divertir com a sua realidade. “Na época, eu não tinha problemas com essa situação, era um momento que eu não ligava para isso”, diz a menina, que foi percebendo o incômodo anos depois.

Por situações como essa, a menina não era tão próxima de sua turma como era de alunos de outros cursos da Unesp. A jovem acabou encontrando amizades em colegas que fez ao praticar esportes na universidade, onde seus amigos viviam em um contexto mais próximo do seu. “Quando eu estava com o pessoal dos esportes, eu não era outra pessoa, mas o meu peso era diferente”, completa a menina, que até hoje é próxima dos colegas que fez nesse ambiente. O olhar que direcionavam a ela, conta Estefani, era de maior respeito e consideração. Entre eles, a menina era, e ainda é realmente vista.

MEGRO DRAHA, RACIONAIS HC'S

”

NÃO FOI SEMPRE DITO
QUE PRETO NÃO TEM VEZ?
ENTÃO OLHA O CASTELO
E NÃO FOI VOCÊ QUEM FEZ

”

PARTE III - O PÓS UNESP



A CHEGADA DO DIPLOMA

Sempre me diziam que a faculdade passaria rapidamente. Que quando eu menos esperasse estaria no último semestre e, em um piscar de olhos, estaria graduada. Custei muito a acreditar nisso, preciso ser sincera. Cada ano, cada trabalho, cada final de semestre lotado de seminários e atividades parecia que não teria fim. Mas teve, sim. Hoje percebo que, de fato, a universidade passa muito, muito rápido.

Entrevistar os alunos que ainda estão em seu primeiro ano de faculdade foi uma experiência que me encheu de nostalgia. A euforia de estar em um lugar novo, começando a se habituar e aprender o que essa nova fase da vida nos tem a oferecer, foi gostoso de acompanhar. Ao falar com os estudantes já formados, porém, ficou claro o impacto que a graduação teve na vida de cada um, e como o acesso à universidade, por meio das vagas afirmativas, alterou o trajeto de suas histórias.

Neste capítulo, vamos saber como foi o processo de finalização do curso e o pós Unesp de Luisa, Pedro, Estefani e Lucas, que após sua passagem pela universidade estão, por fim, formados.

CONHECENDO MAIS SOBRE SI POR MEIO DA UNIVERSIDADE



Luisa conta que, lá em 2019, quando estava prestando vestibular, ficou em dúvida se deveria ou não se inscrever por meio das cotas raciais. “Eu mereço preencher essa vaga?”, se perguntava a adoles-

cente, em um laboratório da ETEC que estudava, enquanto se matriculava para o vestibular. Todos os seus colegas de classe estavam fazendo as inscrições quando a menina se pegou travada, em dúvida se fazia parte dos grupos contemplados pelo sistema PPI.

“Porque não era uma coisa muito falada, na minha família ninguém falava sobre o assunto e quando falava eram coisas como ‘mas você não é nem tão escura’, relembra a jovem que, por conta disso, achou não estar fazendo a coisa certa ao se declarar como preta ou parda. Seus professores, porém, explicaram que ela tinha direito às vagas pois era, sim, uma mulher negra.

Dessa forma, entrar na universidade foi, para a jovem, um despertar de quem ela era. Nesse momento que estava passando pela transição capilar - ou seja, deixando o alisamento para aceitar seus cachos naturais - e conhecendo novas pessoas, Luisa pôde se autoconhecer melhor, e entender como era vista pela sociedade. “Eu comecei a pesquisar, entender e me ver diferente. Eu entendi que as pessoas me leem assim, mas eu ainda não me lia”, reflete.

Mas se antes de entrar na universidade a menina tinha dúvidas ou receio sobre sua negritude, graças a forma que foi socializada e educada quando criança, hoje Luisa não tem dúvidas a respeito de quem é. Esse processo de se aceitar, e se permitir usufruir do seu direito de usar as vagas afirmativas, mudaram para sempre a trajetória da menina. A jovem conseguiu entrar na Unesp e toda vez que pensava sobre isso, se pegava pensando: “nem todo mundo que eu gostaria que estivesse aqui, consegue estar”. E como as coisas mudaram, reflete a menina.

“Antigamente, minha mãe nem sonhava que era possível fazer uma faculdade, e a minha avó muito menos. Quando eu recebi o diploma, pensei nisso e fiquei ‘meu Deus’. Pensei na minha família inteira, na minha avó com a quarta série e minha mãe com ensino médio, e eu, que

cheguei até aqui”, pondera a jovem, que ao se formar percebeu o quão longe conseguiu ir, e o peso daquela conquista. “Não foi só por conta das ações afirmativas, mas isso foi um pontapé imaginável. Isso [as vagas] fez mais parte de mim do que fiz parte disso, sabe?”.

Luisa ficou emocionada ao pensar nessa conquista e se lembrar do dia de sua colação de grau. A menina conta que, depois de todo o esforço, conseguiu se formar com dois diplomas: um de relações públicas, e outro de mérito. O diploma de honra ao mérito é dado aos alunos que se destacam durante a graduação, e foi a menina a prestigiada em seu ano. “Uma coisa que me emociona muito é que, além de fazer tudo isso por mim e estar na frente, pela minha família, eu ganhei dois diplomas. Sou formada com mérito e foi uma coisa imensurável”.

Luisa conta que o choque que sentiu ao ouvir seu nome foi grande, e enquanto era homenageada passou um loop de pensamentos na sua cabeça. Diferente de outras pessoas da sala, que tinham mais tempo e ferramentas para se aprofundar nos estudos, a menina sabe que para ela nada foi fácil nos quatro anos de curso. “Eu estava trabalhando, estudando e fazendo o melhor que era possível. E nessa época, no final da graduação, meu pai já estava doente, eu estava pensando muito nessa situação”, rememora.

Por conta disso, na ocasião, Luisa recebeu o diploma de RP absolutamente feliz, e quando começaram a falar sobre o mérito, a menina sentiu que podia, finalmente, descansar. Sem expectativas, a menina tirou seu capelo e escutou o discurso sem pretensão, até que seu nome foi anunciado. Luisa levou um susto ao ser convocada, pois não imaginava que a homenagem poderia ser, entre todos da sua sala, justamente para ela. “Quando eu recebi o segundo diploma, o meu pai, que não pôde ir para Bauru pela sua condição, me mandou uma mensagem falando ‘que lindo você com dois Canudos’”.

Nesse momento, Luisa soube, era uma grande responsabilidade e triunfo estar onde estava. Essa realização faz a jovem refletir sobre a importância das vagas afirmativas e do ensino superior em sua vida. “Tem tanta gente que por pouquíssimo não tem o seu sonho realizado, que se tivesse um empurrãozinho, estaria vivendo suas metas e fazendo a diferença. Quando a gente tem ajuda, a gente faz tudo bem-feito. Mas quando faltam recursos, a gente pode ter a maior boa vontade do mundo, pode estudar, ler diversos livros e ter a força de vontade, mas a gente não consegue. Infelizmente, sem os recursos, a gente não consegue”, reflete a jovem.

Oportunidades mudam vidas e, para Luisa, isso ficou claro naquele momento. Quando estava em cima do pódio, recebendo seu segundo diploma, ela teve certeza disso. “Na hora eu pensei ‘cara, é isso, eu consegui’”.

DEU CERTO



Lucas, que se formou no mesmo ano, compartilha com Luisa o sentimento de êxito com o fim da graduação. Seus últimos meses no curso foram complicados, e o menino precisou sair do apartamento que compartilhava com colegas e voltar para a casa dos pais quando perdeu o emprego da época.

Mas o tempo cura tudo e aos poucos o menino foi se encontrando na área até chegar no emprego que está atualmente. Hoje, o menino mora em São Paulo e planeja continuar os estudos, com outro curso

ou um mestrado. “Acho que todos os caminhos me levaram a fazer o que eu faço. E, de algum modo, eu sinto que toda experiência valeu muito a pena. É muito bom conseguir olhar para trás e pensar que todas as vezes que fiz cinco simulados em uma semana, deu certo. Todas as vezes que deixei de sair para estudar, deu certo. Todas as vezes que eu não tinha dinheiro e eu precisava comprar um livro novo, deu certo, sabe?”, relembra o menino.

Em certos momentos, o jovem confessa que se sentia sobrecarregado. Enquanto tentava dar conta do estágio e se aprofundar no mercado profissional, as demandas da faculdade e outras áreas da vida, ocupavam tudo, ao mesmo tempo. “A vida, pelo menos como eu senti, é ter que agarrar tudo enquanto tudo está rolando. Enquanto o carro está andando, a gente precisa trocar três pneus, sabe?”, o jovem faz uma alegoria, tentando descrever a sobrecarga que enfrentava em sua graduação.

Apesar de ter conseguido, Lucas discorre sobre como é difícil, enquanto pessoa negra, sentir orgulho por tudo que conquistou até aqui. “Porque ao mesmo momento que você quer dar uma direção nova para a sua família, a nossa autocobrança também vai aumentando. Você sente que as suas conquistas, mesmo grandes, não parecem ser de fato uma conquista, perante a vida das outras pessoas. É bem complicado, né?”, aponta.

De fato, é bem complicado. O antes, o durante e o depois da universidade não são fáceis, especialmente para discentes negros. Apesar da graduação ser um grande marco, ela não significa que estamos com a vida ganha e que, depois do diploma, acabaram os obstáculos.



APÓS A UNIVERSIDADE, A DESIGUALDADE PERMANECE NO MERCADO DE TRABALHO



Estefani se formou em 2017 e desabafa que ter a Unesp em seu currículo não mudou a forma com que era e ainda é enxergada pela sociedade, e no mercado de trabalho. “Eu não acho que a Unesp, no meu profissional, mudou muita coisa, mas na minha vivência mudou demais, aumentou o meu repertório”, aponta a jovem.

Para a menina, a pandemia facilitou sua entrada no mercado de trabalho, uma vez que atrás das telas as diferenças parecem ter um pouco menos de peso. “O home office ajudou bastante, eu sinto que tenho muito mais oportunidades no fato de não ser presencial. Eu acho que várias entrevistas que eu ia fazer, e esse tipo de coisa, eu com certeza perco para uma menina loirinha, pelo simples fato de ter alguém ‘mais agradável’ aos olhos”.

Estefani, com certeza, não é a única. Uma pesquisa realizada pelo LinkedIn, por Juliana Kaizer na Fundação Getúlio Vargas, avaliou o perfil

de mulheres negras no mercado de trabalho. Das entrevistadas, mais de 50% disseram que sua cor de pele e o lugar onde moravam eram questionados durante processos seletivos. Enquanto seus currículos eram aceitos, uma vez que chegavam na parte das entrevistas, os recrutadores pareciam mudar repentinamente de opinião.

Apesar disso, ela ressalta que a Unesp lhe forneceu muito crescimento pessoal e, com ajuda das vagas afirmativas, entrar na universidade se tornou uma realidade. A jovem não sabia da existência da universidade pública e só foi fazer a prova da Unesp porque alunos de escola pública pagavam 30 reais na época. Na prova, perguntavam se Estefani queria concorrer a uma vaga para pessoas negras. Ela assinalou que sim, e uma nova porta se abriu diante de si.

“Foi algo que fez muita diferença na minha vida, porque eu não estava procurando [a Unesp], mas nossa, se não fosse isso, eu não teria entrado, não teria me esforçado. E se eu soubesse, lá no começo, o gasto que ia ser, se minha família soubesse, eles nem teriam deixado eu ir para Bauru. Mas é esse tipo de coisa que vira a sua chave, é esse tipo de coisa que me tirou daqui e me deixou ter acesso a uma educação de qualidade. Então, é muita, muita diferença”, afirma a jornalista.

Pedro, que também entrou no mesmo ano, compartilha a dificuldade de entrar no mercado de trabalho. Por ter se formado em artes, ele confessa que não é fácil trabalhar nessa área. Por conta disso, prestou o ENEM novamente e está se graduando em administração pela UFMG, em Belo Horizonte.

Cada um de certa forma foi impactado pela vivência e aprendizado que a universidade proporcionou. Mas não apenas a Unesp fez parte de suas vidas, como cada estudante fez parte da história da Unesp. Com suas bagagens, conhecimentos e experiências únicas, esses e todos os alunos negros que passaram pela FAAC, transformaram o que a universidade é hoje em dia.

PRINCÍPIA ENCIDA

”

**ENQUANTO A TERRA NÃO FOR
LIVRE, EU TAMBÉM NÃO SOU
ENQUANTO ANCESTRAL DE QUEM
'TÁ POR VIR, EU VOU**

”

EPÍLOGO

Conduzir as entrevistas para o livro foi um trabalho delicado e desafiador. Como jornalista, procurei conseguir o máximo de informações possíveis, fazer com que os entrevistados se sentissem respeitados e confortáveis, e trazer perguntas pertinentes cujas respostas me auxiliariam no processo de escrita. Como estudante e negra, porém, além de delicado e desafiador, o processo foi por diversas vezes pessoal, tão próximo a mim que cheguei a pensar onde acabavam as suas histórias e começava a minha. De certa forma, todas se entrelaçam.

Percebi que, além de jornalista, eu era enxergada por essas pessoas como uma delas. Como alguém que, por mais que nunca tivesse passado por suas histórias até o momento das entrevistas, entenderia completamente o que eles queriam dizer quando contavam a sua experiência. Diversas vezes, entre momentos de risadas e de emoção, eles se pegavam falando “você sabe” ou “você entende”. E de fato, eu entendia.

Meu trabalho era fazer com que você, leitor, entendesse também. No jornalismo, buscamos trazer maior clareza e entendimento possíveis para cada pauta que abordamos, seja ela transformada em uma curta matéria ou, neste caso, um livro-reportagem. Espero então que por meio da minha condução, e da vida dos que foram aqui compartilhadas, você consiga por fim entender que, por trás de cada cota, de cada vaga afirmativa e de cada cadeira em sala de aula ocupada por uma pessoa preta, existe também uma história, uma luta de gerações e uma vontade de poder ser, de poder pensar, de poder estudar e ocupar espaços que por tanto, mas tanto tempo, nos foram negados.

Estudar vagas afirmativas no ensino superior foi essencial para mostrar que essa ferramenta é apenas uma chave, uma porta de entrada, mas que a grande mudança está também nessas pessoas que têm em si a total e completa capacidade de transformar a academia, o campus, as pesquisas e o pensamento universitário. Transformar para melhor, para mais plural, para mais preto.

A Lei de Cotas, e sua aplicação na Unesp, é apenas um começo. A mudança acontece de forma gradual, pouco a pouco, todos os dias. Ela acontece quando uma aluna movimenta a empatia e a comoção de diversas pessoas desconhecidas para doarem e a ajudarem a chegar na universidade pública. Ela acontece quando uma estudante se apropria de um termo que lhe foi designado de forma ofensiva e se apodera dele, demarcando seu espaço e sua necessidade de ser respeitada. Ela acontece em uma tarde de domingo, quando um grupo de pessoas pretas e pardas se encontram em uma república para fazer uma feijoada, jogar baralho e celebrar o começo do semestre. Ela acontece quando uma mãe vê seu filho entrando em uma universidade que nem mesmo os filhos de seu patrão conseguiram adentrar. Ela acontece todo dia, a toda aula, a toda nova matrícula que registra a entrada de um estudante negro em uma instituição que nunca foi pensada para esse grupo.

Hoje percebo que cada passagem pela Unesp deixa suas próprias marcas, e tenho orgulho em dizer que as minhas foram sempre buscar uma universidade mais diversa e respeitosa, principalmente para as pessoas pretas. Isso desde o primeiro ano da faculdade, em cada amizade que fiz, e momento que procurei me tornar objeto de escuta para os meus. Assim como relatam os personagens aqui apresentados, minha passagem pela universidade também foi marcada pelas redes de apoio que construí, amizades que não me deixavam cair, e pela vontade de fazer valer a pena cada segundo, de lutar como eu

pudesse para que a Unesp continuasse mudando.

Por isso, deixei nossas marcas quando fiquei responsável por organizar e conduzir reuniões do coletivo negro da Unesp, o Kimpa, e por mais de um ano me dediquei a construir esse espaço de acolhimento e luta. Cada vez que chegava na sala de aula ocupada toda e completamente por alunos pretos - da graduação, da pós, do cursinho - via que não havia mais volta, a Unesp era, também, nossa.

Deixei outras marcas quando fui convidada, por um colega de trabalho e um grande amigo, a ser uma das colaboradoras do grupo de eventos Kimbala, que promove diversas festas para a população negra de Bauru, com música, cultura, e público que refletem nossa identidade. Nesse momento, percebi que nada me trazia mais alegria e contentamento do que celebrar quem eu sou, quem nós somos.

Entrei no mercado de trabalho e hoje toda matéria e conteúdo produzido por mim, por onde passo, também deixam as marcas da minha negritude, e de alguém que se preocupa em fazer um jornalismo crítico, com vozes diversas, buscando sempre pensar naqueles que ficam de fora do pensamento coletivo. A cada publicação, sei que nossos diplomas e nossos olhares para o mundo valem em demasia.

Que bom que entrei pelas vagas afirmativas em 2020, e que a universidade fez parte da minha vida. E que bom que, além disso, fiz parte dela. Cada diploma conquistado é uma vitória. As vagas afirmativas foram uma porta para mim, para esses alunos e ex-alunos, e para tantos outros que ainda virão. À cada um que passar, que continuem fazendo a diferença e marcando, para sempre, as salas de aula.



AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem o apoio de diversas pessoas, foram muitos os que me fortaleceram durante toda a graduação. E a eles, agradeço grandemente. Dentre esses, no entanto, houveram pessoas que foram uma 'luz no fim do túnel', e por isso gostaria de um agradecimento especial.

Aos meus pais, cuja fé constante e inabalável me ajudou a continuar, mesmo em momentos nos quais eu mesma já não tinha certeza de praticamente nada. A Anna Luísa, melhor amiga e primeira pessoa para quem contei cada etapa deste trabalho. Não sei quem eu seria sem você do meu lado.

Eu não teria chegado até aqui se não fosse pelo amor incondicional que sinto pela minha avó e meu irmão, por isso agradeço a Margarida e ao Felipe pela felicidade de viver com vocês.

A Laís e Ana Júlia, agradeço por, junto de mim, construírem um lar para o qual eu pudesse voltar todos os dias. Nossas risadas deixaram todo o processo mais tranquilo e leve. A Giovana, que se sentou ao meu lado do primeiro ao último dia em que estivemos na Unesp, obrigada por me acompanhar em cada trabalho em dupla e idas à cantina quando tudo que eu precisava era um docinho.

Ao Cauã, que me mostrou que não há nada mais lindo que construir uma amizade verdadeira e escolher, todos os dias, estar presente na vida daqueles que amamos, um grande e apertado abraço. Algumas coisas se tornam mais fáceis quando nos é dado acolhimento. Também agradeço a todas as amigas construídas nesses anos de graduação, em especial a Aryanna e Mayara, que me provaram que o amor preto cura, sim, especialmente quando é vivido entre amigas por mulheres negras. E a Clara, que mesmo de longe, sempre foi uma das minhas amigas mais próximas.

Agradeço a Vinchenzzo, que me abraçou nos dias em que a ansiedade e o estresse tomavam conta da minha cabeça e eu precisava de um momento de descanso. Obrigada por nunca me deixar cair.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram para a construção desse trabalho. Ao meu orientador, Juarez, que apoiou a ideia desde a primeira reunião, as fontes que confiaram suas histórias em minhas mãos, a Ana e João que trabalharam comigo, e a minha banca, Alan e Angela, que não apenas avaliaram meu trabalho de conclusão de curso, como também apoiaram minha evolução durante toda a graduação.

REFERÊNCIAS



ACAUAN, A. P. Esse lugar também é nosso. Revista PUCRS. Entrevista. Disponível em: <https://www.pucrs.br/revista/esse-lugar-tambem-e-nosso/>. Acesso em 26 de out. 2024;

ACESSO à universidade é menor para alunos da rede pública. Extraclasse, 6 dez. 2018. Educação. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2018/12/aceso-a-universidade-e-menor-para-alunos-da-rede-publica/>>. Acesso em: 6 out. 2024;

ARAÚJO, M. J. B.; BARELLI, E. F.; MACHADO, V. B. Ações afirmativas de gênero: os direitos e garantias fundamentais da mulher sob a égide da lei maria da penha. Conexão Acadêmica, v. 10, p. 73-85, jul. 2019. Disponível em: https://uninet.com.br/wp-content/uploads/CA_201-ACOE-AFIRMATIVAS-DE-GENERO-Milton-Emily-e-Viviane.pdf. Acesso em: 25 de set. de 2024;

BARBOSA, A. M. Ensino de Artes Visuais na Universidade. Estudos Avançados, v. 32, n. 93, 2018;

BRASIL. Brasil assina relatório da Conferência de Combate ao Racismo da ONU Câmara dos Deputados. Brasília, DF, 22 de abr. 2009. Programas de TV. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/195610-brasil-assina-relatorio-da-conferencia-de-combate-ao-racismo-da-onu/>. Acesso em: 25 de set. de 2024;

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República: Casa Civil: Subchefia para assuntos jurídicos, Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 de set. de 2024;

BRASIL. Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Presidência da República: Casa Civil: Subchefia para assuntos jurídicos, Brasília, DF, 7 de dezembro de 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 25 de set. 2024;

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Presidência da República: Casa Civil: Subchefia para assuntos jurídicos, Brasília, DF, 20 de novembro de 2003. Disponível em: <https://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 25 de set. 2024;

BRASIL. Lei nº 5 465, de 3 de julho de 1968. Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 3 de julho de 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5465-3-julho-1968-358564-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 de set. 2024;

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República: Casa Civil: Subchefia para assuntos jurídicos, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 6 out. 2024;

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10639-9-janeiro-2003-493157-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 de set. de 2024;

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 29 de agosto de 2012. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-774113-publicacaooriginal-137498-pl.html>. Acesso em: 25 de set. 2024;

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Avaliações e Exames Educacionais. Enade. Brasília, DF: INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enade>. Acesso em: 5 out. 2024;

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ingresso por cotas aumentou 167% nas universidades. Gov.br, 20 nov. 2023,13h19. Notícias. Censo da Educação Superior. Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ingresso-por-cotas-aumentou-167-nas-universidades>> Acesso em: 25 set. 2024;

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais. Censo da Educação Superior. Brasília, DF: INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 25 de set. 2024;

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, DF: IBGE, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/frutal/panorama>. Acesso em: 3 out. 2024;

BRESCIANINI, C. P. Há 131 anos, senadores aprovavam o fim da escravidão no Brasil. Senado Notícias, Brasília, DF, 13 mai. 2019, 13h23. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/13/ha-131-anos-senadores-aprovavam-o-fim-da-escravidao-no-brasil>. Acesso em: 25 de set. 2024;

CENTRO PAULA DE SOUZA (SÃO PAULO). Funções e Competências. São Paulo: Centro Paula de Souza. Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/institucional/sobre-o-centro-paula-souza/>. Acesso em: 6 out. 2024;

COMITÊ Olímpico do Brasil. Larissa Pimenta conquista medalha de bronze no judô nos Jogos Olímpicos Paris 2024. COB, 28 de jul. 2024, 13h20. Notícias. Disponível em: <https://www.cob.org.br/comunicacao/noticias/larissa-pimenta-conquista-medalha-de-bronze-no-judo-nos-jogos-olimpicos-paris-2024-2>. Acesso em: 3 out. 2024.

CUNHA, L. Escola pública, escola particular e a democratização do ensino. Em Aberto, Brasília, a. 5, n. 30, abr. / jun. 1986. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/1962>. Acesso em: 6 out. 2024;

DUARTE, P. H. E. Teoria marxista da dependência: a contribuição teórica de Ruy Mauro Marini. Nova Economia, v. 31, n. 1, p. 131-156, jan. 2021;

EJCHEL, M. Todos são “iguais perante a Lei”? JusBrasil, 2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/todos-sao-iguais-perante-a-lei/189932863>. Acesso em: 25 de set. de 2024.

EM DECISÃO histórica, Unicamp aprova cotas étnico-raciais e vestibular. Jornal da Unicamp. Campinas, 22 nov. 2017, 18h08. Disponível em: <https://unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/11/22/em-decisao-historica-unicamp-aprova-cotas-etnico-raciais-e-vestibular/>. Acesso em: 25 de set. de 2024;

ENEM: alunos de escolas públicas precisam batalhar mais para ter acesso a universidades, mostra tese premiada da USP. O Globo, 13 nov. 2022, 04h30. Brasil, Educação, Enem e Vestibular. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/enem-e-vestibular/noticia/2022/11/enem-alunos-de-escolas-publicas-precisam-batalhar-mais-para-ter-acesso-a-universidades-mostra-tese-premiada-da-usp.ghtml>. Acesso em: 6 out. 2024;

FERES JR, J.; DAFLON, V.T. Ação afirmativa na Índia e no Brasil: um estudo sobre a retórica acadêmica. Sociologias, Porto Alegre, a. 17, n. 40, p. 92-123, set./dez. 2015;

FRANCO, D.; STELZER, M. Pioneiros no ensino superior. Gama Revista, São Paulo, 04 abr. 2021. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/semana/ensino-que-forma/pioneiros-no-ensino-superior>. Acesso em: 5 out. 2024;

FREZA, R. G. O primeiro universitário da família: características e experiências na educação superior. 2004. 96f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 2004. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/330502>. Acesso em: 5 out. 2024;

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (BRASIL). Departamentos de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro. Informações Quilombolas. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/informacoes-quilombolas/>. Acesso em: 25 set. 2024;

GANDRA, A. Estudo diz que negros têm maior chance de sofrer abordagem policial. Agência Brasil. Rio de Janeiro, 22 de jul. 2022, 17h13. Geral. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-07/estudo-diz-que-negros-tem-maior-chance-de-sofrerem-abordagem-policial>. Acesso em: 12 out. 2024;

GANDRA, A. Pesquisa: 86% das trabalhadoras negras relatam casos de racismo. Agência Brasil. Rio de Janeiro, 21 mar. 2023, 10h27. Direitos Humanos. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-03/pesquisa-86-de-trabalhadoras-negras-relatam-casos-de-racismo>. Acesso em: 15 out. 2024;

GARIGHAN, G. Epistemicídio e o apagamento estrutural do conhecimento africano. UFRGS, Jornal da Universidade. Porto Alegre, 20 mai. 2021. Reportagens. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/epistemicidio-e-o-apagamento-estrutural-do-conhecimento-africano/>. Acesso em: 11 out. 2024;

GRUPO Atmosfera de SV conquista festival de street dance em Santo Amaro. Jornal Vicentino. São Vicente, 29 set. 2021. São Vicente. Disponível em: <https://www.jornalvicentino.com.br/v3/sao-vicente/grupo-atmosfera-de-sv-conquista-festival-de-street-dance-em-santo-amaro/>. Acesso em: 3 out. 2024;

INOVARP. Relações Públicas no Brasil: Quando Tudo Começou - Medium, 27 fev. 2017. Disponível em: <https://medium.com/@inovarp/rela%C3%A7%C3%B5es-p%C3%BAblicas-no-brasil-quando-tudo-come%C3%A7ou-4939b5a9d535>. Acesso em: 11 out. 2024;

KEELERY, S. Dalits and Adivasis in India: statistics and facts. Statista, Dec. 2023. Society, Demographics. Disponível em: <https://www.statista.com/topics/4946/dalits-and-adivasis-in-india/>. Acesso em: 25 de set. 2024;

LIRA, R. Não estudam, nem trabalham: Brasil tem mais jovens “nem-nem” do que Argentina e Chile. InfoMoney, 13 ago. 2024, 11h12. Economia. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/taxa-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-no-brasil-e-uma-das-piores-do-continente/>. Acesso em: 9 out. 2024;

MARINI, R. M. Subdesenvolvimento e Revolução. 5 ed. Florianópolis: Insular, 2014;

MARIZ, R. 33,8% são os primeiros da família a ter diploma de ensino superior. O Globo, 3 mar. 2021, 11h36. Brasil, Educação. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/338-sao-os-primeiros-da-familia-ter>

-diploma-de-ensino-superior-21030437>. Acesso em: 5 out. 2024;

MORENO, A. C. USP aprova cotas raciais e de escola pública na Fuvest pela primeira vez na história. G1. São Paulo, 04 jul. 2017, 21h09. Educação. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/usp-aprova-cotas-raciais-e-de-escola-publica-na-fuvest-pela-primeira-vez-na-historia.ghtml>. Acesso em: 25 de set. de 2024;

MUNIZ, R. Após dez anos da lei que instituiu cotas raciais nas universidades federais, país se prepara para optar entre continuidade ou desmonte da política pública. Jornal da Unesp, São Paulo, 12 jan. 2022, 08h32. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2022/01/12/apos-dez-anos-da-lei-que-instituiu-cotas-raciais-na-universidades-federais-pais-se-prepara-para-optimar-entre-continuidade-ou-desmonte-da-politica-publica/>. Acesso em: 25 de set. de 2024;

OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 27, n. 1, p. 99-108, mar. 2010;

O QUE são e como funcionam as castas na Índia. BBC News Brasil, 26 dez. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55452675>. Acesso em: 25 de set. de 2024;

PIOVESAN, F. Ações Afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 887-896, set./dez. 2008;

POPULAÇÃO de Cachoeira de Minas (MG), é de 11.884 pessoas, aponta o Censo do IBGE. G1. Minas Gerais, 28 jun. 2023, 10h31. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2023/06/28/populacao-de-cachoeira-de-minas-mg-e-de-11-884-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 5 out. 2024;

RIO DE JANEIRO. Lei nº 3.708, de 09 de novembro de 2001. Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negras e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense, e dá outras providências. Governo do Estado, Rio de Janeiro, [2001]. Disponível em: <<http://alerj.ln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/827dde52958a6dd203256b-030063db70?OpenDocument&ExpandView&ExpandSection=-5>>. Acesso em: 25 set. 2024.

ROSINHA. Lei de Cotas: a desinformação e o paralelo histórico. Portal Geledés, 06 jul. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/lei-de-cotas-desinformacao-e-o-paralelo-historico/>. Acesso em: 25 de set. de 2024;

SÃO PAULO. Portaria Unesp nº 53, de 8 de maio 2024. Regulamenta a Resolução Unesp nº 13, de 19 de março de 2024, que estabelece normas para a concessão de Auxílios de Permanência Estudantil na Pós-graduação stricto da Unesp. Diário Oficial do Estado de São Paulo: Caderno Executivo: Seções Atos Normativos, São Paulo, 14 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.doe.sp.gov.br/executivo/universidade-estadual-paulista/portaria-unesp-n-53-de-8-de-maio-de-2024-2024051311443214306172>. Acesso em: 25 de set. 2024;

SÃO PAULO. Portaria Unesp nº 82, de 14 de agosto de 2024. Dispõe sobre o Processo Seletivo Unificado para Ingresso na Pós-graduação da Unesp. Diário Oficial do Estado de São Paulo: Caderno Executivo: Seções Atos Normativos, São Paulo, 20 de agosto de 2024. Disponível em: <https://www.doe.sp.gov.br/executivo/universidade-estadual-paulista/portaria-unesp-n-82-de-14-de-agosto-de-2024-2024081911453214523016>. Acesso em: 25 de set. 2024;

SILVA, Antônio. Sistema de Cotas: inclusão e exclusão. Revista Trivium, v. 9, n. 2, p. 201-212, 2024;

TIRAPANI, C. Direitos dos candidatos portadores de deficiência física. JusBrasil, 2024. Artigos. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/direitos-dos-candidatos-portadores-de-deficiencia-fisica/621371175>. Acesso em: 25 de set. de 2024;

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Comissão de averiguação de auto declarações de pretos e pardos [São Paulo: UNESP]. Disponível em < <https://www2.unesp.br/portal#!caadi/comissoes/comissao-de-averiguacao/>. Acesso em: 25 de set. de 2024;

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Permanência Estudantil. [Bauru: UNESP]. Disponível em: <<https://www.faac.unesp.br/#!/extensao/permanencia-estudantil/>>. Acesso em: 9 out. 2024;

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Cotas: Programa de Ação Afirmativa. [Rio de Janeiro: UERJ]. Disponível em: <https://www.uerj.br/inclusao-e-permanencia/sistema-de-cotas/>. Acesso em: 25 de set. de 2024;

VASCONCELOS, T. A importância da educação na construção da cidadania. Saber(e)Educar. Porto: ESE de Paula Frassinetti. N.º 12 (2007), p.109-117;

WANDERMUREM, I. Conheça a maior favela sobre palafitas do Brasil. Terra, 22 de mai. 2023, 07h. Visão do Corre. Disponível em: <https://www.terra.com.br/visao-do-corre/conheca-a-maior-favela-sobre-palafitas-do-brasil,617ea7f01c9024364424ca7852a3f0e9ut2lsogg.html>. Acesso em: 3 out. 2024.



PORTAS ABERTAS

A HISTÓRIA DE ALUNOS NEGROS QUE ENTRARAM NA UNESP POR MEIO DE VAGAS AFIRMATIVAS

O livro-reportagem “Portas abertas: a história de alunos negros que entraram na Unesp por meio de vagas afirmativas”, trabalho de conclusão do curso de jornalismo da Unesp, narra a vivência de alunos negros dentro da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, no Campus de Bauru. Passando pela história de 6 discentes que entraram na universidade por meio do sistema de vagas afirmativas, o livro busca ressaltar a importância da implementação da política pública para a entrada da população negra no ensino superior brasileiro.



SOBRE A AUTORA

MARIANA CHAGAS

Mariana Chagas escolheu fazer Jornalismo na Unesp em 2020, mas costuma dizer que o jornalismo a escolheu bem antes. Era uma criança comunicativa que amava escrever, e hoje é uma adulta também comunicativa, que ama as palavras mais ainda. Enxerga no jornalismo uma chance de dar voz para aqueles que muitas vezes não são escutados.



MARIANA CHAGAS